

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

LUÍS RODRIGO MACHADO

**COOPERATIVE SECURITY STRATEGY IN THE SOUTH ATLANTIC:
UNITED STATES INTERNAL DETERMINANTS AND REGION
RESIGNIFICATION**

PORTO ALEGRE

2017

LUÍS RODRIGO MACHADO

**COOPERATIVE SECURITY STRATEGY IN THE SOUTH ATLANTIC:
UNITED STATES INTERNAL DETERMINANTS AND REGION
RESIGNIFICATION**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Luís Rodrigo
Cooperative security strategy in the South
Atlantic: United States internal determinants and
region resignification / Luís Rodrigo Machado. --
2017.

80 f.

Orientador: Érico Esteves Duarte.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Segurança marítima. 2. Segurança cooperativa. 3.
Estados Unidos da América. 4. Atlântico Sul. 5.
Grande estratégia. I. Duarte, Érico Esteves, orient.
II. Título.

LUÍS RODRIGO MACHADO

**COOPERATIVE SECURITY STRATEGY IN THE SOUTH ATLANTIC:
UNITED STATES INTERNAL DETERMINANTS AND REGION
RESSIGNIFICATION**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

**Para Ana Paula, as Gurias lá de casa e
para todo trabalhador-estudante que cumpre, no mínimo,
dupla jornada na busca pelo seu sonho.
É possível!**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à República Federativa do Brasil, através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me possibilitou uma formação universitária ao nível de pós-graduação gratuita e de excelência. Agradeço ao Presidente Luis Inácio "Lula" da Silva e a Presidenta Dilma Vana Rousseff, pela implementação e manutenção do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI, criando as condições necessárias que viabilizaram a implantação do PGEEI.

A minha família. Primeiramente a minha mãe, início de tudo, pela decisão perigosa de encarar um parto complicado, pela educação, cobrança por realizar as tarefas da melhor maneira possível e pela viabilização econômica com a economia informal; ao meu pai, por toda a seriedade e comprometimento profissional que me ensinou ao longo da vida; e à minha irmã que, apesar de tão diferente, certamente faz parte de quem eu sou hoje.

A todas as pessoas, voluntários e jovens, que fizeram parte da minha caminhada no Movimento Escoteiro onde desenvolvi a perseverança de lutar pelos objetivos e não desistir.

Agradeço à Giovana Esther Zucatto e ao Raul Cavedon Nunes pelas palavras de incentivo e parceria nas pesquisas e produções acadêmicas. E ao Cris Grossi pela revisão.

Agradeço ao professor Érico Esteves Duarte em aceitar me orientar, ter a paciência de trabalhar com um estudante sem dedicação exclusiva aos estudos, por exercer atividade profissional, e principalmente viabilizar esta alternativa de formato da dissertação e, conseqüentemente, a defesa da dissertação no prazo e, assim, a conclusão do mestrado.

Também agradeço a todos os colegas da empresa que por inúmeras vezes possibilitaram a minha presença nas aulas, atividades e eventos sem os quais minha formação não teria sido completa. Gostaria de citar nominalmente os colegas Francisco Cle, Emerson Henz, Vandrê Schwartzhaupt, Fabiano Carvalho e Alberto Rodnei que sempre fizeram o possível para conseguir cumprir meu horário de trabalho me liberando para as atividades.

Agradeço, com ironia, a todos que direcionaram algum preconceito de origem à minha pessoa. Um trabalhador da indústria pode, sim, cursar um mestrado acadêmico; e quem busca a vida acadêmica, não está "perdendo tempo". Isto apenas aumentou minha determinação.

Finalmente agradeço a toda compreensão, dedicação, incentivos aos estudos e lembretes que eu não costumo desistir das coisas. À minha companheira de jornada Ana Paula, pela inexplicável relação construída nestes anos, confiança, cumplicidade, espera pela próxima viagem, pela persistência em me convencer à aceitar as Gurias lá em casa. E pela frase: "-A "Pós" tem que ser na UFRGS né?" .Te Amo!

“The history of sea power is largely, though by no means solely, a narrative of contests between nations, of mutual rivalries, of violence frequently culminating in war. The profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries was clearly seen long before the true principles which governed its growth and prosperity were detected. To secure to one's own people a disproportionate share of such benefits, every effort was made to exclude others, either by the peaceful legislative methods of monopoly or prohibitory regulations, or, when these failed, by direct violence. The clash of interests, the angry feelings roused by conflicting attempts thus to appropriate the larger share, if not the whole, of the advantages of commerce, and of distant unsettled commercial regions, led to wars. On the other hand, wars arising from other causes have been greatly modified in their conduct and issue by the control of the sea. Therefore the history of sea power, while embracing in its broad sweep all that tends to make a people great upon the sea or by the sea, is largely a military history [...]”(MAHAN, 1984, p.1).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central discutir a importância do Atlântico Sul para os Estados Unidos da América, a partir da análise das suas políticas de segurança cooperativa para a parcela sul do Oceano Atlântico considerando, principalmente, seus determinantes internos e a própria resignificação da região entre os anos de 2003 e 2014. Ela se enquadra nas Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS e, portanto, é dividida em três capítulos, correspondendo a três partes distintas. O Primeiro Capítulo é desenvolvido em três etapas: Primeiro, relaciona o contexto da dissertação na linha de pesquisa “Segurança Internacional” do PPGEI/UFRGS. Segundo, aborda alguns elementos das políticas externa e de segurança dos EUA, a importância do mar para a condução dessas políticas e uma breve contextualização do Atlântico Sul. Terceiro, ressalta os principais pontos analíticos e considerações desenvolvidos no capítulo seguinte. O Segundo Capítulo traz o artigo publicado na Revista da Escola de Guerra Naval que conduz, primeiro, uma breve discussão de alguns conceitos teóricos importantes para entender a postura dos Estados Unidos na condução de sua política externa e de segurança, recorrendo ao debate da influência da política interna nas suas relações internacionais. Em seguida, discute brevemente a importância do "uso do mar" para a política externa dos EUA, contextualizando o Atlântico Sul como uma região estratégica, discutindo suas fronteiras geográficas, aspectos econômicos e organizações multilaterais. Finalmente, discute alguns dos programas norte-americanos de segurança cooperativa para o Atlântico Sul e a crescente importância da região, em linha com o novo posicionamento estratégico pós-11 de setembro. O Capítulo três faz uma breve análise dos resultados do artigo e também apresenta agendas de pesquisas possíveis de serem conduzidas no PPGEI. Foi verificada a importância do artigo para trazer a discussão da segurança cooperativa, pelo viés estadunidense, no âmbito da pesquisa no PPG e também para fomentar a visibilidade deste problema nos fóruns de discussão e leitores do periódico científico de sua publicação. Assim, foram cumpridos os objetivos de discutir a importância do Atlântico Sul para os Estados Unidos da América, a partir da discussão das políticas de segurança cooperativa, dos determinantes políticos internos e da mudança da relevância da região para a grande estratégia norte-americana. Inferindo então, a pertinência do Atlântico Sul, evidenciada pela busca de iniciativas de segurança colaborativa e combate às ameaças de baixa intensidade, visando conter novas ameaças e enfrentar atores não estatais.

Palavras-chave: Segurança marítima. Segurança cooperativa. Estados Unidos da América. Atlântico Sul. Grande estratégia.

ABSTRACT

The present dissertation aims to discuss the importance of the South Atlantic to the United States of America, from the analysis of its cooperative security policies for the southern part of the Atlantic Ocean, considering mainly its internal determinants and the re-signification of the region between the years of 2003 and 2014. It is in accordance with Resolutions 114/2014 and 115/2014 of the *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, and therefore comprises three chapters, corresponding to three distinct parts. Chapter One presents three steps: First, it relates the context of the dissertation in the research line "International Security" of the Post-Graduate Program in International Strategic Studies. Second, it addresses some elements of the U.S. foreign and security policy, the importance of the sea for the conduct of these policies and a brief contextualization of the South Atlantic. Third, it highlights the main analytical points and considerations that developed in the next chapter. Chapter Two brings the article published in the *Revista da Escola de Guerra Naval* which leads, firstly to, a brief discussion of some important theoretical concepts to understand the U.S. position in the conduct of its foreign and security policy, using the debate of the U.S. internal policy on their international relations. Then, briefly discusses the importance of "use of the sea" for U.S. foreign policy, contextualizing the South Atlantic as a strategic region, discussing its geographical boundaries, economic aspects, and multilateral organizations. Finally, discuss some North American cooperative security programs for the South Atlantic and the region's growing importance, in line with the new strategic post-9/11 position. Chapter Three brings a brief analysis of the paper's impacts and presents possibilities of investigation agendas to follow on PPGEEI. Therefore, it was possible to verify that the article was important to bring the discussion of cooperative security, by the American bias, in the African region to the scope of the research in the PGP and to promote the visibility of this problem in the discussion forums and readers of the scientific journal of its publication, fulfilling its objectives of discussing the importance of the South Atlantic to the United States of America, from the discussion of the cooperative security policies for the African West Coast, through the internal political determinants and the change of the region relevance to the global north American grand strategy. Inferring then, the relevance of the South Atlantic in this grand strategy, evidenced by the search for collaborative security initiatives and to combat low intensity threats such as piracy, aiming to contain new threats and face non-state actors.

Keywords: Maritime security. Cooperative security. United States of America. South Atlantic. Grand strategy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9/11	– <i>September 11th 2001</i>
A2/AD	– <i>Anti-Access and Area-Denial</i>
APS	– <i>Africa Partnership Station</i>
BVR	– <i>Beyond Vision Range</i>
C4ISR	– <i>Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance</i>
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNUDM	– Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
ECOWAS	– <i>Economic Community of West African States</i>
EGN	– Escola de Guerra Naval
EUA	– Estados Unidos da América
FOCAC	– <i>Forum on China-Africa Cooperation</i> / Fórum de Cooperação China-África
FON	– <i>Freedom of Navigation</i>
FONOP	– Freedom of Navigation Operations / Operações de Liberdade de Navegação
HSV	– <i>High Speed Vessel</i>
LCS	– <i>Littoral Combat Ship</i>
MCM	– <i>Mine Countermeasures</i> / Contramedida de Minagem
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MERCOSUR	– <i>Southern Common Market</i>
NATO	– <i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NSS	– <i>National Security Strategy</i>
ONU	– Organização das Nações Unidas
PC	– Plataforma Continental
PLAN	– <i>People's Liberation Army Navy</i> / Marinha do Exército de Libertação Popular da China
PPG	– Programa de Pós-Graduação
PPGEEI	– Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
Pró-Defesa	– Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional
PUC-Rio	– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RPSC	– <i>Regional Peace and Security Cluster</i>
RSC	– <i>Regional Security Complex</i>
RSCT	– <i>Regional Security Complex Theory</i>
SADC	– <i>Southern African Development Community</i>
SLOCs	– <i>Sea Lines of Communications</i>
TO	– <i>Theater of Operations / Teatro de Operações</i>
TPP	– <i>Trans-Pacific Partnership / Parceria Transpacífico</i>
UN	– <i>United Nations</i>
UFRGS	– <i>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</i>
UNASUL	– <i>União de Nações Sul-Americanas</i>
UNASUR	– <i>Union of South American Nations</i>
U.S. FON Program	– <i>United States Freedom of Navigation Program</i>
U.S. Navy	– <i>United States Navy / Marinha dos Estados Unidos</i>
U.S.	– <i>United States</i>
USA	– <i>United States of America</i>
USAFRICOM	– <i>United States Africa Command</i>
USSOUTHCOM	– <i>United States Southern Command</i>
WWI	– <i>World War One</i>
WWII	– <i>World War Two</i>
ZEE	– <i>Zona Exclusiva Econômica</i>
ZOPACAS	– <i>Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul</i>
ZPCAS	– <i>South Atlantic Peace and Cooperation Zone</i>

SUMÁRIO

1	CONTEXTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA NOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS.....	11
1.1	Contexto da Dissertação de Mestrado no PPGEI	11
1.2	As dinâmicas de segurança do Atlântico Sul.....	13
1.3	Os interesses brasileiros no Atlântico Sul	18
1.4	A manutenção da hegemonia e a grande estratégia dos Estados Unidos	21
1.5	Os atores políticos internos estadunidenses.....	28
1.6	Desafios da Marinha dos Estados Unidos no cenário mundial.....	33
1.7	O marco temporal e a mudança do significado do Atlântico Sul	38
2	COPERATIVE SECURITY STRATEGY IN THE SOUTH ATLANTIC: UNITED STATES INTERNAL DETERMINANTS AND REGION RESSIGNIFICATION.....	45
2.1	Introduction.....	45
2.2	Elements of the United States foreign and security policies	46
2.3	The importance of the sea for the United States	49
2.4	The South Atlantic Ocean - A brief description	50
2.5	United States' cooperative security in the South Atlantic	52
2.6	The ressignification of the South Atlantic to the United States in the new world scenario.....	54
2.7	Final considerations.....	57
2.8	References.....	59
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS ATUAIS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS	63
	REFERÊNCIAS.....	72

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA NOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

Este trabalho tem como objetivo central discutir a importância do Atlântico Sul para os Estados Unidos da América, a partir da análise de suas políticas de segurança cooperativa para a parcela sul do Oceano Atlântico, considerando principalmente seus determinantes internos e a resignificação da região, tanto para os Estados localizados em seu entorno, como para os tomadores de decisão norte americanos. Esta análise considera alguns determinantes internos da política externa e de segurança dos Estados Unidos, a importância do mar para sua estratégia e uma breve discussão das ações tomadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos na região entre 2003 e 2014. O papel central do mar para a grande estratégia americana endossa a necessidade de compreender a importância dos oceanos e, conseqüentemente, do Atlântico Sul.

Buscando cumprir com o objetivo e realizar esta análise, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta três etapas distintas porém relacionadas entre si: Primeiro, relaciona o contexto da dissertação na linha de pesquisa “Segurança Internacional” do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI). Segundo, aborda alguns elementos das políticas externa e de segurança dos Estados Unidos, a importância do mar para a condução dessas políticas e uma breve contextualização do Atlântico Sul. Terceiro, ressalta os principais pontos analíticos e considerações que serão desenvolvidos no artigo apresentado no segundo capítulo desta dissertação. O Terceiro Capítulo enseja a discussão de desdobramentos de alguns elementos apontados durante o artigo no capítulo dois, e ensaia uma agenda de pesquisa para investigações futuras, baseada sobretudo, em temas e situações que atualizam os assuntos abordados anteriormente.

Importante ressaltar que esta dissertação foi estruturada de acordo com as Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que permitem, respectivamente, a publicação da dissertação em inglês e a publicação de Dissertação de Mestrado que contenha artigo já publicado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS, 2014a, 2014b).

1.1 Contexto da Dissertação de Mestrado no PPGEEI

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em 2015 na *9th Pan-European Conference on International Relations* promovida pela *European International Studies*

Association em Giardini-Naxos, Sicília, sob o título de *Cooperative Security of The United States of America In The South Atlantic – A South American View* cuja discussão agregou diversos elementos interessantes para modificações pontuais que deram origem à versão final deste artigo, publicado na íntegra na Revista da Escola de Guerra Naval¹ no primeiro número, do volume 22, no ano de 2016 sob o título *Cooperative security strategy in the South Atlantic: United States internal determinants and region re-signification* (MACHADO, 2016).

A pesquisa que produziu essa dissertação se insere no âmbito das produções textuais apoiadas pelo projeto de pesquisa *O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul: Política Externa e Estratégia de Defesa*, do qual o candidato é pesquisador vinculado. Projeto este que é financiado pelo Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fruto da parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Escola de Guerra Naval (EGN).

O referido projeto de pesquisa iniciou em 2013 e foi pautado pela percepção da intensificação dos esforços de cooperação, pelos governos brasileiros do período que iniciou em 2003, com os países da Bacia do Atlântico Sul buscando uma aproximação com os países da costa ocidental da África em descuidar dos acordos de cooperação militar de Argentina e Uruguai. Levando em consideração a re-significação da região e sua nova importância geopolítica o projeto busca examinar a articulação da identidade sul-atlântica desde 2003 (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO, 2013), e especificamente, este artigo auxilia neste esforço contribuindo com a reflexão geral sobre o papel da cooperação em defesa para a estratégia brasileira e as prioridades geográficas e temáticas da segurança brasileira para o Atlântico Sul além da atuação do Brasil em apoio às demandas internacionais. A elaboração do artigo também auxiliou o cumprimento de dois dos objetivos principais do projeto:

- 1) Capacitar alunos de pós-graduação especializados em questões de estudos de segurança, defesa nacional, cooperação internacional, política externa, e operações de paz em regiões prioritárias para a política externa e política de defesa do Brasil, com ênfase na África, sem entretanto excluir o acompanhamento sobre os interesses exógenos nessa área; [...];
- 2) Alimentar a produção acadêmica individual e colaborativa sobre as dinâmicas de segurança, defesa, cooperação, e operações de paz dentro e no entorno do Atlântico Sul. (PUC-RIO, 2013).

¹ Revista incluída no “Sistema de Avaliação de Periódicos Científicos (QUALIS), elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES), nas Áreas de Avaliação “Ciência Política e Relações Internacionais” com classificação B1.” (REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL, 2016).

Dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esta produção está inserida na linha de pesquisa "Segurança Internacional" atendendo completamente seu tema central: "[...] a relação entre a distribuição de poder entre as principais potências no mundo pós-Guerra Fria e as dinâmicas regionais de segurança." (UFRGS, 2016). O artigo discorre exatamente sobre a aproximação de uma das principais potências do mundo, em uma região pouco demandada nas questões geopolíticas centrais, impactando na dinâmica da segurança internacional na região do Atlântico Sul.

A presença estadunidense interfere na dinâmica regional de segurança no entorno do Atlântico Sul, a compreensão desta dinâmica é crucial para o Brasil pois, interfere no estabelecimento dos relacionamentos multilaterais e bilaterais e na consolidação da sua própria influência no seu entorno estratégico. Assim, ao abordar um problema de segurança internacional sob uma perspectiva de um Estado poderoso à nível global, discutindo os impactos em um complexo regional de segurança preponderante no diálogo sul-sul, vai-se ao encontro do objetivo principal desta linha de pesquisa como definido na apresentação da linha de pesquisa "Segurança Internacional" do PPGEEL.

O objetivo principal desta linha de pesquisa é estudar de maneira comparativa os principais problemas de segurança no sistema internacional a partir de uma perspectiva que leva em conta a agenda e a distribuição de capacidades entre os Estados mais poderosos no nível global de análise (Grandes Potências), mas que introduz de maneira sistemática o problema das balanças regionais de poder, o eixo sul-sul e a existência de complexos regionais de segurança. (UFRGS, 2016).

1.2 As dinâmicas de segurança do Atlântico Sul

O termo Complexo Regional de Segurança (RSC, sigla das palavras em inglês) foi explorado e ganhou notoriedade com os autores Buzan e Weaver na obra "*Regions and Powers*", que consolida a *Regional Security Complex Theory* (RSCT) estabelecendo parâmetros para a análise da segurança regional a partir da definição de complexos de segurança. Um dos argumentos centrais da teoria é que as ameaças à segurança de um Estado tendem a diminuir com a distância, sendo então a delimitação de complexos de segurança uma possibilidade de delimitação analítica adequada para abordar as questões de segurança internacional no âmbito regional (BUZAN; WEAVER, 2003). Embora seja bastante apropriada para estudar as dinâmicas regionais, sendo adequada para tratar as questões

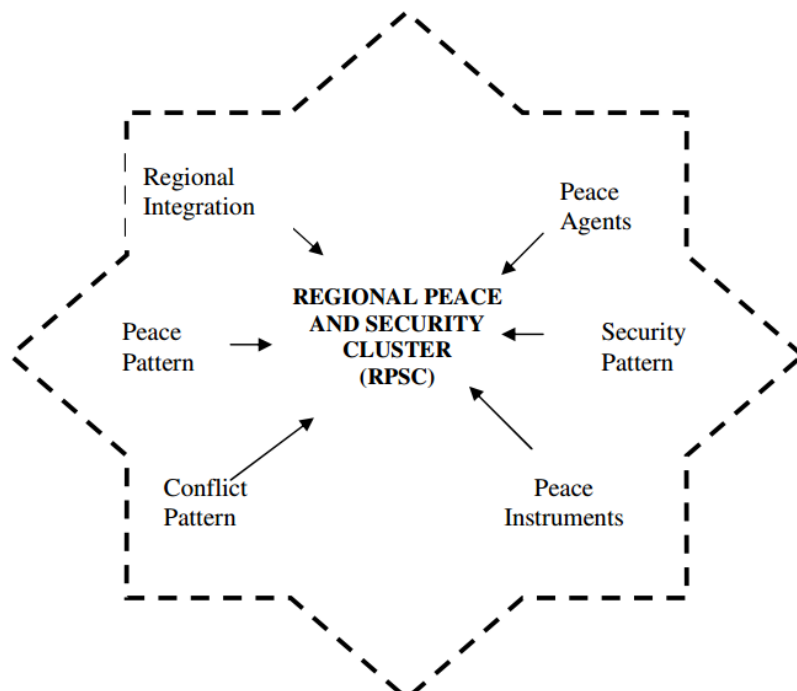
inerentes à América do Sul ou à África isoladamente, ele se mostra limitado para analisar relações entre diferentes RSC.

A limitação da teoria de Buzan e Weaver, para o propósito deste artigo, reside no fato da RSCT considerar apenas as relações e influências que são mediadas pela superpotência para complexos regionais de segurança distantes geograficamente. Embora os Estados Unidos estejam presentes na região, e sejam um ator que deva sempre ser considerado, o país não é o mediador das relações entre a América do Sul e a África. Aos constrangimentos relativos à distância, somam-se as características peculiares de tentar integrar em uma análise países separados por uma massa de água tão volumosa quanto o Atlântico Sul.

Apesar disto, a teoria de Buzan e Weaver foi utilizada ao longo do artigo para definir a capacidade de projeção de poder como critério de classificação dos países enquanto potências regionais ou globais no pós-Guerra Fria, sendo uma grande potência aquela que tem capacidade de projetar globalmente influência política e poder militar em qualquer parte do globo (BUZAN; WEAVER, 2003), e também, de maneira pontual para apontar a estabilidade do subcomplexo de segurança do Cone Sul.

Dadas as limitações da RSCT para comparação entre os complexos regionais, o modelo utilizado para a comparação dos dois complexos, embora não explícito no artigo, foi o modelo de *Regional Peace and Security Cluster (RPSC)* de Rodrigo Tavares.

Figura 1 - Componentes de um *Cluster* Regional de Paz e Segurança



Fonte: Tavares (2005).

Tavares define o modelo como sendo: "[...] um conjunto de agentes inter-relacionados fixos em um território que compartilham o mesmo ambiente de segurança regional." (TAVARES, 2005, p. 17, tradução nossa²). O Quadro 1 traz uma comparação da classificação de cada uma das dimensões de avaliação, levando em consideração os países limítrofes ao Atlântico Sul na América do Sul e na África, e os respectivos *clusters* regionais nos quais eles estão inseridos³.

Quadro 1 - Avaliação dos *Clusters* de países limítrofes ao Atlântico Sul.

Dimensão	Países da América do Sul	Países da África
Padrão de Segurança Regional	Regime de Segurança / Comunidade de Segurança	Formação de Conflito / Comunidade de Segurança
Padrão de Conflito Regional	Ausência de Violência	Propensão à Violência
Padrão de Paz Regional	Região Moderada	Região Desprovida
Instrumentos de Paz e Segurança	Integração Regional: Acordos de Comércio	Gerenciamento Regionais de Conflitos
Agentes de Paz Regional	Organizações Regionais	Estado
Nível de Integração Regional	Médio Nível de Integração Regional	Baixo Nível de Integração Regional
Categoria do Cluster	Sociedade Regional	Complexo Regional

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Tavares (2005).

Observando o quadro fica evidente a diferença de estabilidade regional à qual estão sujeitos os países banhados pelo oceano nos dois lados Atlântico Sul. A maior estabilidade dos países da América do Sul é explicada por Buzan e Weaver (2003) como sendo oriunda do fim do dilema de segurança existente nos países da região a partir de três fatores principais: a reaproximação entre Argentina e Brasil, a integração regional no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, a resolução das questões fronteiriças (BUZAN; WEAVER, 2003). Destes três fatores, dois estariam fortemente ligados ao subcomplexo regional do Cone Sul que transbordariam estabilidade para os demais países. A partir da análise de Tavares podemos

² No original: "[...] as set of interrelated agents fixed in a territory that share the same regional environment". (TAVARES, 2005, p. 17).

³ As categorias foram atribuídas segundo as próprias sugestões de Tavares em seu artigo (TAVARES, 2005).

agregar mais elementos aos motivos da estabilidade, como a existência de organizações regionais para o gerenciamento de conflito e o nível de integração regional.

A observação do quadro nos mostra que na dimensão Padrão de Segurança Regional, em um *cluster* que apresenta características de Regime de Segurança, seus Estados já asseguraram arranjos para reduzir o dilema de segurança entre eles. Em uma Comunidade de Segurança, por sua vez, hostilidades já não são esperadas entre os seus membros. Já na categoria de Formação de Conflito situações podem surgir de medo, rivalidade e percepções mútuas de ameaças. A interpretação da situação atual nos Estados Africanos está entre a Formação de Conflito e o Regime de Segurança e na América do Sul estaria entre o Regime de Segurança, para os países andinos, e a Comunidade de Segurança, no caso dos países do Cone Sul (TAVARES, 2005; BUZAN; WEAVER, 2003).

Na dimensão Padrão de Conflito Regional, uma região que se encontra Propensa à Violência é uma região na qual estão presentes conflitos armados intraestatais ou interestatais que tenham capacidade de transbordar para países do *cluster*, exemplificado pela questão da Nigéria. Na categoria Ausência de Violência a região é marcada pela ausência de conflitos interestatais e presença mínima de conflitos intraestatais que não tenham capacidade de transbordar para os demais países da região, como o caso da Colômbia (TAVARES, 2005).

O Padrão de Paz Regional se refere às condições socioeconômicas verificadas na região, ou seja, acesso a educação, saúde, segurança pública oportunidades econômicas e legitimidade política e da possibilidade de acesso da população à estes bens. Em uma "Região Desprovida" são verificadas pobreza e falta de desenvolvimento disseminados nos países, e os níveis de confiança e participação políticas também são baixos. Em uma Região Moderada os cidadãos têm, na média, acesso adequado aos serviços básicos e a maioria da população está acima da faixa de pobreza.

A dimensão Instrumentos de Paz e Segurança são descritos por Tavares como sendo: “[...] iniciativas regionais, políticas ou meios que permitem o gerenciamento de conflitos e/ ou a construção da paz ou instrumentos nacionais que visam a paz que tem impacto em uma região.” (TAVARES, 2005, p. 22, tradução nossa⁴).

A América do Sul atinge um nível de Integração Regional, sobretudo nos países membros do MERCOSUL com o estabelecimento de uma união aduaneira incompleta. Na costa africana, apesar dos países limítrofes participarem de duas comunidades voltadas ao

⁴ No original: “[...] regional initiatives, policies or methods that permit the management of threats and/or the construction of peace, or national instruments whose goal to being about peace has an impact on a certain region.” (TAVARES, 2005, p. 22).

desenvolvimento econômico de suas regiões a *Southern African Development Community* (SADC) e a *Economic Community of West African States*(ECOWAS) tal correspondência na paz regional não é verificada, estando a região submetida ao nível "Gerenciamento Regional de Conflito" com ações de manutenção da paz e construção do Estado presentes na região.

Com relação aos Agentes de Paz Regional, que são atores que promovem a paz dentro da região de maneira voluntária ou involuntária, a América do Sul conta com a União de Nações Sul-Americanas(UNASUL), importante organização que busca estabilizar a região a partir de ações afirmativas na resolução de conflitos mantendo as decisões e discussões em âmbito regional sem a interferência de atores externos, que poderiam dificultar o processo. A costa oeste africana por sua vez, depende de ações estatais para esta manutenção, na forma de acordos com os países da região ou aceitação de agentes externos como nas ações de Garantia da Lei ou Manutenção da Paz.

Estas dimensões apresentadas, compõem culminam no nível de Integração Regional observado no *cluster*. Na América do Sul, verifica-se uma tendência na concepção das políticas nacionais, como por exemplo a Política Nacional de Defesa do Brasil, de considerarem o ambiente regional, se importando como opinião os demais atores. Na costa oeste africana, por sua vez, políticas nacionais são pensadas e implementadas sem levar em conta o seu entorno e os demais países "[...] priorizando a autossuficiência aos detrimientos da cooperação regional." (TAVARES, 2005, p.23, tradução nossa⁵).

Isto posto, Avaliando os *clusters* ocupados pelos países dois lados do Atlântico Sul e os classificando em um dos quatro tipos descritivos mais amplos, podemos chegar às seguintes definições:

Na primeira definição, fica evidente que o *cluster* da América do Sul no qual estão inseridos os países sul-americanos lindeiros ao Atlântico Sul satisfaz os requisitos de uma Sociedade Regional. Nesta condição há um crescente desenvolvimento de ligações e interdependência dos Estados membros, estimulado pela presença de organizações de governança regional, com bons níveis de institucionalização tendo começado a mostrar sinais e características de uma Comunidade Regional como, por exemplo, a participação em ações de manutenção da paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

A categoria seguinte define o *cluster* ocupado pelos países da costa oeste africana como sendo um complexo regional, no qual há baixos níveis de integração, enredando os países em conflitos intraestatais, onde os principais atores, no caso os Estados, buscam por

⁵ No original: "[...] prioritize self-sufficiency to the detriment of regional cooperation" (TAVARES, 2005, p.23).

segurança e estão preocupados em sobreviver, necessitando do desenvolvimento de mecanismos de cooperação (TAVARES, 2005).

A comparação dos complexos regionais a partir do modelo de Tavares, torna evidente a maior necessidade e conseqüente exposição do complexo africano à atores externos, que proponham medidas de cooperação que visem aumentar a governança dos Estados e o bem-estar social de sua população. Esta necessidade contribui para uma vulnerabilidade à atores externos que se disponham a contribuir desta maneira, independente das intenções e desdobramentos destas presenças. Assim na falta de um ator regional que assuma estas características o caminho está aberto para atores extrarregionais justificando a boa aceitação da presença norte americana na região.

1.3 Os interesses brasileiros no Atlântico Sul

Por ocasião da III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em 1982 na Jamaica, foi elaborada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, chamada também apenas de Convenção, que entrou em vigor em 1994 estabeleceu novos espaços marítimos estabelecidos tais como: o Mar Territorial (espaço soberano do Estado costeiro que se estende até 12 milhas náuticas); a Zona Contígua (espaço marítimo que se estende de 12 a 24 milhas, dentro do qual o Estado mantém controle, com o propósito de evitar ou reprimir as infrações às suas leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração, sanitários ou de outra natureza no seu território ou mar territorial); a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), espaço marítimo que se estende até 200 milhas náuticas da linha de base do continente na qual o Estado costeiro tem direitos de soberania para a exploração dos recursos vivos e não vivos das águas sobrejacentes do solo e subsolo; a Plataforma Continental (PC), extensão dos direitos observáveis na zona econômica exclusiva por mais 150 milhas náuticas além dos limites da ZEE para o solo, subsolo e recursos vivos fixos ou sedentários (VIDIGAL, 2006).

As águas Jurisdicionais Brasileiras são os espaços marítimos que compreendem o Mar Territorial, a Zona Contígua, a ZEE e as águas sobrejacentes à PC, quando esta ultrapassar os limites da ZEE, sobre as quais o Estado costeiro exerce diferentes níveis de jurisdição. A área decorrente da ampliação da ZEE até os limites da Plataforma Continental soma 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Esta área representa aproximadamente metade do território nacional e têm dimensões equivalentes a Amazônia “Verde”, daí a origem do termo Amazônia Azul, utilizado com motivação educacional, cultural e, inclusive, política com a tentativa de despertar uma mentalidade marítima na sociedade brasileira.

A importância estratégica da Amazônia Azul é indiscutível, nela estão localizados importantes recursos vivos e não vivos. Estes recursos compreendem pesca, industrial e familiar; exploração de jazidas de petróleo e gás, mais de 90% do total de petróleo extraído no país são oriundos de extração em plataformas localizadas no mar; importantes vias marítimas, 95% do comércio exterior do País é realizado através do oceano; e, importante fonte de recursos com exploração do turismo. Além dos recursos conhecidos e utilizados, existem ainda jazidas de minérios de grande interesse econômico cujo estudo e prospecção estão em andamento que incluem ouro, diamantes, sulfetos polimetálicos, cobaltos entre outros. Outro recurso ainda não explorado, compreende a geração de energia elétrica através da energia das ondas (VIDIGAL,2006).

Além disso, é mister ao País, a defesa das demais riquezas presentes nesta área, passíveis de diferentes tipos de cobiça: pesca ilegal, pirataria, emergências ambientais, terrorismo, ilícitos internacionais além de ameaça das marinhas de países hostis. Cabe à Marinha do Brasil as tarefas básicas do poder naval: negar o uso do mar ao inimigo, controlar áreas marítimas e projetar poder sobre a terra, contribuindo assim para a dissuasão. Para o desenvolvimento das capacidades da Marinha do Brasil, a Estratégia Nacional de Defesa priorizou a negação do uso do mar em detrimento das demais (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Defesa de 2005 define o entorno estratégico brasileiro para além da América do Sul: "[...] e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártica."(BRASIL, 2012, p. 21). O documento também destaca que organismos multilaterais, como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), e os processos de integração, como o MERCOSUL, estão entre os fatores que contribuem para reduzir a possibilidade de conflito neste espaço (BRASIL, 2012).

A criação da Zona de Paz e Cooperação consolidava entendimentos entre o Brasil e a África e estabelecia princípios de relacionamento entre os países nas duas costas do Atlântico Sul. A simpatia dos países africanos com relação ao Brasil sempre foi muito elevada dadas as questões dos apoios às independências das colônias africanas e, mais recentemente, à luta contra o Apartheid (PENNA FILHO, 2008).

O Brasil assumiu desde o início o papel de protagonista nas negociações iniciais da ZOPACAS, assumido a liderança informal e sediando a primeira reunião ministerial da zona em julho de 1988, esta ficou marcada por ser uma reunião na qual ocorreram trocas preliminares de pontos convergentes nas intenções dos países e, pela elaboração de um documento final que deixava claro a não exploração das potencialidades dos países membros com relação ao oceano. As reuniões seguintes também não se traduziram em aspectos

práticos, permanecendo apenas em resoluções e recomendações, não conseguindo evoluir além das intenções declaratórias (PENNA FILHO, 2008).

Devido aos reveses econômicos que afetaram as duas regiões ao final da década de 80, as relações esfriaram até o relançamento do projeto em 1992 que configurou uma tentativa de resposta do governo brasileiro às intenções estadunidenses da nova organização hemisférica a partir da queda da URSS. Essa ressignificação buscava uma convergência de cooperação entre o MERCOSUL e a SADC (PENHA, 2011), ainda assim a falta de institucionalização e de uma estrutura organizacional manteve a aproximação apenas no plano retórico.

Após anos de inatividade da iniciativa, a "ascensão do sul" na primeira década do novo século criou condições para a volta das tratativas da ZOPACAS e para o estabelecimento de uma identidade Atlântica dos países limítrofes ao Atlântico Sul. Esse cenário suplantou o pessimismo dos anos 90, chamando também a atenção dos Estados Unidos para o continente (FIORI, 2013). No âmbito político, foi verificada uma grande significação da África pelo governo brasileiro com abertura de diversas embaixadas no continente (BRASIL, 2010).

Além de ser um dos fundadores e promotores da ZOPACAS, o Brasil buscou a cooperação em defesa com diversos países africanos. Desde 1994 o Brasil assinou acordos de cooperação em defesa com 9 países africanos Cabo Verde, África do Sul, Guiné Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, Angola e Guiné Equatorial, 8 deles países limítrofes ao Atlântico Sul. Estes acordos se destinam a: promover a cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; apoiar a aquisição de equipamentos; compartilhar experiências adquiridas; e, no apoio da formação de militares africanos nas academias militares brasileiras (AGUILAR, 2013).

Em 2007 foi realizada uma nova reunião ministerial da ZOPACAS, amplamente desejada pelo Brasil, indo ao encontro da nova política de expansão para a África. O Brasil desempenhou um papel central na articulação da América do Sul com a ZOPACAS, pois além de ser um de seus fundadores e responsáveis pela sua recente reativação, passava por um momento no qual buscava incrementar a segurança do Atlântico Sul através de uma Política Marítima abrangente. Exemplos desta política foram: as diversas ações de auxílio técnico nos campos de mapeamento e exploração do fundo marinho; cooperação nas áreas de meio ambiente, transporte marítimo, aéreo, segurança portuária, salvaguarda e segurança marítimas; defesa, segurança pública e combate ao crime organizado, bem como o desenvolvimento de capacidades militares (AGUILAR, 2013).

Estas ações, não foram suficientes para garantir o distanciamento dos atores externos na região e permitir a construção de um entorno estratégico sem intromissões. A falta de

recursos para ações afirmativas e uma presença mais ostensiva nos países da Costa Oeste Africana abriu espaço para presenças exógenas à região como, por exemplo, a norte-americana. Importa ressaltar que a tentativa de construção de uma identidade comum no Atlântico Sul ocorre em meio a um contexto geopolítico dinâmico, permeado com as questões da exploração de petróleo, as possessões britânicas nas ilhas do Atlântico Sul e a questão Antártica, foco de interesse de diversos atores (ABDENUR; NETO 2014).

1.4 A manutenção da hegemonia e a grande estratégia dos Estados Unidos

A expectativa por um inimigo pós-comunista denota a busca dos Estados Unidos por um referencial para a sua política externa, e as influências de seus grupos políticos internos. Esta busca passa por dois tipos de Estados: os pequenos que podem ser tidos como foco de ameaça e instabilidade ao sistema mundial, como o Irã; e, na segunda categoria, as grandes potências que poderiam contestar o poder norte-americano como fazia a URSS. Nesta última condição encontram-se a China e a própria Rússia, cuja possível ascensão geraria uma reação nos EUA, possivelmente a partir uma política de contenção, como a realizada na Guerra Fria (PECEQUILO, 2011).

Sendo a anarquia própria do Sistema Internacional, no qual não existe a intervenção de um ente superior para regular a relação entre os Estados, cada país soberano é responsável pela sua própria segurança (MEARSHEIMER, 2001). Os Estados, então, sempre procurarão dissuadir agressores potenciais e consolidar sua segurança, desencorajando ataques ao seu território e população. Essa dissuasão ocorre através do aumento do seu poder potencial, na forma de economia e população, e do aumento de seu poder real, na forma de forças terrestres; e da condução de iniciativas para barrar o acúmulo de poder dos outros, como a partir do enfrentamento, direto ou indireto, e através do balanceamento externo (MEARSHEIMER, 2001).

A situação mais confortável para um Estado é a sua consolidação como a única hegemonia regional do Sistema Internacional, haja vista que a hegemonia global seria utópica de se alcançar devido ao “poder parador da água” que limita a liberdade de ação das forças militares. Mesmo não sendo uma hegemonia global, o fato dos EUA constituírem a única hegemonia regional em todo o sistema internacional é uma posição extremamente vantajosa, pois esta situação só é inferior à própria hegemonia global (MEARSHEIMER, 2001).

O caráter hegemônico dos Estados Unidos em sua região está consolidado, seu poder é incontestável no hemisfério, e nenhum outro país nas Américas possui poder econômico ou

militar para retirar os norte-americanos de sua confortável posição, estando assim, enquadrado na condição definida por Mearsheimer: “Um hegemon é um Estado tão poderoso que domina todos os outros Estados no sistema. Nenhum outro possui os meios militares para aguentar um combate sério contra ele.” (MEARSHEIMER, 2007, p. 53). Esta proeminência ímpar no Sistema Internacional leva os Estados Unidos a assumir uma postura conservadora com relação à dinâmica do sistema na qual, então, tentará evitar a ascensão de qualquer nação ao status de hegemonia regional (DINIZ, 2006).

A hegemonia regional consolidada e perene dos Estados Unidos nas Américas não se alastra para todo o sistema pois, embora não exista um adversário sistêmico no pós-Guerra Fria, os EUA mesmo com todo seu poder militar, não seriam capazes de sustentar uma invasão terrestre com sucesso nos territórios da China ou da Rússia dado os poderes reais e potenciais dos dois países (MEARSHEIMER, 2001; DINIZ, 2006). Embora não seja um Estado hegemônico global, os Estados Unidos se caracterizam como um Estado Unipolar, pois eles satisfazem as características que o tornam um Estado no qual há uma intensa concentração de poder que é capaz de gerar uma “[...]estrutura na qual as capacidades de um Estado são grandes demais para serem contrabalanceadas.” (WOHLFORTH, 1999, p.9, tradução nossa⁶).

Além de todos os aspectos do poder, o fato dos Estados Unidos estarem isolados geograficamente, com seus possíveis aspirantes a competidores estando localizados em outros continentes, aumenta a vantagem norte-americana, pois seus competidores estão expostos à competição regional com a presença de outras potências regionais. A presença de outras potências da mesma categoria no mesmo continente, torna mais importante a balança de poder regional e as implicações que possíveis interferências externas possam ter na dinâmica daquele sistema regional (DINIZ, 2006). Entretanto, a chamada “síndrome da única superpotência dominante”, conforme Clarke e Clad citados por Pecequilo (2011, P.270), faz com que os Estados Unidos concentrem “suas prioridades em problemas tradicionais, esperando a emergência de um novo grande adversário sistêmico” (CLARKE; CLAD⁷, 1995 *apud* PECEQUILO, 2011, p. 270). James Kurth já chamava a atenção em 1997 para a necessidade de um novo modelo de contenção para a China e para a Rússia (KURTH, 1998).

Diniz (2006) discorda da visão na qual os Estados Unidos estão concentrando suas prioridades em problemas tradicionais e busca incluir na análise teórica da unipolaridade

⁶No original: “[...] is a structure in which one state's capabilities are too great to be counterbalanced.” (WOHLFORTH, 1999, p. 9).

⁷CLARKE, Jonathan; CLAD, James. *After the Crusade – American foreign policy for the post-superpower age*. New York: Madison Books, 1995.

elementos como: a situação impar dos EUA sendo o único ator com capacidade de ação global abrangente e continuada; a possibilidade da proliferação de armas de destruição em massa; a proliferação de meios de entrega remotamente tripulados destas armas; e, a existência de grupos não estatais com capacidade de emprego da força em alcance internacional.

A Potência Unipolar também deve agir para cumprir o que Diniz (2006) chamou de “objetivo grande-estratégico secundário” no sentido de minimizar danos ao impedir ataques eventuais ao seu território oriundo de enfrentamentos assimétricos, reduzindo a disponibilidade e banalização de artefatos com grande capacidade de destruição, sendo capaz de combater atores Estatais e não Estatais que teriam capacidade de atingir seu território, seus cidadãos ou as suas Forças Armadas. Outro ponto importante para este objetivo é o incremento das ações de inteligência para antecipar possíveis ataques e conseguir orientar adequadamente os recursos para combater as ameaças citadas.

Eugênio Diniz (2006) chama a atenção sobre a necessidade da avaliação dos custos para a manutenção do status da unipolaridade, e da relação com os mecanismos multilaterais para a distribuição destes custos. A definição da frequência e intensidade da intervenção no Sistema Internacional está relacionada com os custos envolvidos nesta intervenção. Outro ponto importante na análise de Diniz, que busca sanar uma lacuna nas análises de Mersheimer e Wohlforth, é a perspectiva da intervenção em sistemas regionais nos quais a falta de balanceamento externo inviabilizaria a manutenção de uma hegemonia regional, como no caso do Oriente Médio (DINIZ, 2006).

A manutenção da capacidade de ação global abrangente e continuada é resultado, primeiro, do sucesso da potência unipolar em manter o “comando dos comuns”⁸ e, segundo, de alianças que forneçam vantagens geoestratégicas propícias ao emprego e à projeção de força (DINIZ, 2006). Através dessas capacidades, um Estado pode rapidamente deslocar tropas, suprimentos, conduzir operações de inteligência e manobras de apoio de fogo impunemente. Além das ações relativas às suas próprias forças, a nação detentora destas capacidades pode negar o uso dos comuns a qualquer nação beligerante, bloqueando o envio de tropas, de armamentos, de suas iniciativas de inteligência a partir de satélites e interromper os fluxos comerciais de importações e exportações debilitando sua economia. Esta cadeia político-militar de meios e fins, na qual determinados fins políticos são alcançados através de determinados meios militares, observada no posicionamento dos países para a manutenção de

⁸ “Comando dos comuns” significa possuir o vasto uso militar do mar aberto, do espaço, e do espaço acima dos 5.000 metros, além dos quais poucas nações detém capacidade de negação do espaço aéreo (POSEN, 2003).

sua hegemonia foi utilizada por Barry Posen (1998) para a definição de seu conceito de “grande estratégia”.

A grande estratégia também pode ser definida como sendo o nível mais alto de planejamento no âmbito dos Estados Nacionais modernos, orquestrando – no curto prazo, na guerra e na paz – os fins, os caminhos e os meios no contexto de um possível conflito armado pela própria sobrevivência do Estado (PORTER, 2013). Mais que isso, “É a teoria de como perseguir a segurança nacional e garantir um modo de vida pela combinação de poder e interesses.” (PORTER, 2013, p. 5, tradução nossa⁹). Nesse sentido, Porter adiciona que: “Grande estratégia é o gerenciamento de uma cadeia de relacionamentos entre meios e fins em vários níveis, um esforço indescritível para unir estes assuntos discrepantes. Estratégia é, então, diferente tanto de política (o resultado desejado) e de operações (o exercício ou uso das ferramentas ou a relação entre meios e recursos, como a condução de campanhas militares) (PORTER, 2013, p. 5, tradução nossa¹⁰). Ela não seria, nesse sentido, um objeto absolutamente definido, assemelhando-se mais com uma ponte que relaciona todos eles. Portanto: “Ela busca moldar um ambiente externo no qual as instituições políticas e os valores de uma comunidade, sua integridade territorial e seu modo de vida possam permanecer seguros.” (PORTER, 2013, p. 5, tradução nossa¹¹).

Essa definição é de extrema importância tanto no planejamento e condução da política externa e de segurança dos países, quanto na análise e interpretação da mesma. Ela responde algumas perguntas básicas que dão conta: do papel a ser ocupado mundialmente pelo país; dos seus objetivos nas relações internacionais; do perfil de suas Forças Armadas; do seu comportamento enquanto ator individual no contexto de anarquia sistêmica; da sua percepção de ameaças externas e suas estratégias de como respondê-las; dentre outros. No nível do Estado, esse planejamento é essencial para coordenar os recursos e ações do país em torno de objetivos comuns. No nível do Sistema Internacional, influi diretamente no padrão de amizade e inimizade (polarização) e pode afetar o próprio número de polos (polaridade) no caso de estratégias específicas (revisionistas ou não) por parte de grandes potências (MARTINS; CEPIK, 2014).

⁹ No original, “*It is a theory of how to pursue national security and ensure a way of life by aligning power with interests.*” (PORTER, 2013, p. 5).

¹⁰ No original, “*Grand strategy is the management of a chain of relationships among means and ends on many levels, an elusive effort to link these disparate things together. Strategy is thus distinct from both policy (the desired outcome) and operations (the exercise or use of the tools or the relationship between ways and means, such as the conduct of military campaigns).*” (PORTER, 2013, p. 5).

¹¹ No original, “*It aims at shaping an external environment in which the community’s political institutions and values, its territorial integrity, and its way of life can be secure.*”(PORTER, 2013, p. 5).

No caso dos Estados Unidos, desde o seu estabelecimento como Estado-região¹², a sua grande estratégia é movida basicamente por dois objetivos, **primeiro** evitar a ascensão de uma potência europeia ou asiática que seja capaz de transpor as defesas oceânicas estadunidenses e, **segundo** moldar a ordem internacional à semelhança de sua ordem interna (LIEBERT, 2014). Embora ambos digam respeito à segurança nacional, cada um representa uma visão diferente para o país. No primeiro, os EUA seriam "A" grande potência dentre outras e, no segundo, o país seria a grande nação global, sendo o modelo universal de ideias e de governança. Liebert (2014) reconhece essa tensão entre os objetivos permeando, desde o princípio, a grande estratégia estadunidense e sua própria identidade como país, ligando o primeiro polo com as ideias nacionalistas e o segundo com o modelo de nação liberal.

A queda da URSS colocou os Estados Unidos da América novamente em situação de construir uma nova ordem mundial com a “vitória” ocidental na Guerra Fria. Dado o anacronismo das antigas estruturas do período, havia uma necessidade de construir uma nova ordem internacional sob o domínio estadunidense. Porém, o domínio ocidental no pós Guerra Fria era apenas uma impressão, e o sistema caminhava rapidamente para a total desagregação e descontrolo. Os Estados Unidos se viram, então, obrigados a delimitar suas estratégias e optar por dois caminhos possíveis: o desengajamento do sistema internacional com um retorno ao isolacionismo, ou a modificação do engajamento existente (PECEQUILO, 2011).

O isolacionismo previa um padrão de alianças ocasionais e participações periódicas, com a crença de que ao final da Guerra Fria não existiria mais um antagonista na forma de uma grande potência e que os conflitos seriam regionalizados. Os defensores do desengajamento subestimavam a participação norte-americana no sistema, não considerando as implicações de sua ausência, abrindo mão dos benefícios de liderança que a interdependência e o controle do sistema trazem aos Estados Unidos (PECEQUILO, 2011).

Os internacionalistas, por sua vez, criticam as reações possíveis do desengajamento e da retração da presença americana no globo afirmando que, embora as guerras entre grandes potências sejam improváveis, uma retirada de tropas dos Estados Unidos do exterior poderia conferir liberdade de ação à China e à Rússia no cenário internacional e a possibilidade da instalação do dilema de segurança em países como a Alemanha e o Japão. Isto leva parte dos internacionalistas a propor a estratégia do “engajar para conter”, favorecendo a participação na comunidade internacional por meios das suas instituições, incentivando parceria e evitando a renacionalização das suas políticas externas (PECEQUILO, 2011).

¹²Estado Região é um Estado que abarca todo um continente, sem rivais terrestres ameaçadores, beneficiados pelo poder parador da água dos oceanos (MEARSHEIMER, 2001).

O engajamento, porém, não se daria da mesma maneira que na Guerra Fria, a ponto de "pagar qualquer preço" pela segurança global, pois embora Rússia e China possam ser caracterizadas como antagonistas, não representam uma ameaça sistêmica à sobrevivência dos EUA. Para os internacionalistas não existe a questão se os Estados Unidos se engajarão ou não no sistema internacional, existe apenas a dúvida sobre a maneira que será realizada este engajamento (PECEQUILO, 2011).

Esta discussão ocorreu em um momento no qual, segundo Barry Posen (1998), quatro principais correntes internas disputavam espaço no estabelecimento da grande estratégia estadunidense no pós-Guerra Fria, são elas: o neoisolacionismo, o engajamento seletivo, a segurança cooperativa e a primazia (POSEN, 1998).

O **neoisolacionismo**, ou Contenção, busca um padrão de alianças ocasionais e participações periódicas, com a crença de que ao final da Guerra Fria não existiria mais um antagonista na forma de uma grande potência e que os conflitos seriam regionalizados. Adeptos deste desengajamento subestimam a participação norte-americana no sistema, não considerando as implicações de sua ausência, abrindo mão dos benefícios de liderança que a interdependência e o controle do sistema trazem aos Estados Unidos (PECEQUILO, 2011). Robert J. Art (1998), aponta que o isolacionismo não atinge os mesmos objetivos que o engajamento seletivo, sendo uma estratégia reativa que não acredita no poder militar para manter os interesses econômicos da América.

O **engajamento seletivo** reconhece a presença de potências regionais e sua possibilidade de deteriorar a posição estadunidense propondo, assim, a estratégia de “engajar para conter”. Para Art (1998), esta seria a melhor grande estratégia para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria, no intuito de manter os interesses americanos, atuando preventivamente para impedir danos aos Estados Unidos como uma estratégia de defesa avançada. Mearsheimer (2001) destaca que o Engajamento Seletivo demanda mais recursos que o Balanceamento Externo (*offshore balance*), posto em prática durante as duas Grandes Guerras, dada a necessidade de tropas estacionadas no exterior permanentemente. O autor destaca também que após o fim da bipolaridade e da competição com a URSS, os EUA declinaram de retornar ao Balanceamento Externo aumentando sua presença no exterior. O autor aponta que, a partir de 2001, os EUA aproximaram-se da estratégia da Primazia (MEARSHEIMER, 2001).

A **segurança cooperativa** busca transformar o ambiente internacional competitivo, em um ambiente internacional cooperativo, no qual guerras seriam impensáveis. Considerada utópica por muitos de seus críticos, tem como objetivo secundário promover um rígido controle de armas, sobretudo as de destruição em massa, limitando o acesso a estas pelas

nações menores e reduzindo drasticamente sua quantidade nas nações mais poderosas. Outro ponto de ação seria o fortalecimento de forças multinacionais, que seriam colocadas sob o comando de uma instituição multilateral como a ONU. Assim os membros do sistema de segurança cooperativo, de forma coletiva, seriam responsáveis pela contenção e "punição" de comportamentos indesejáveis de Estados como mobilizações nacionalistas, guerras, golpes de Estado e perseguições políticas. Esta corrente busca o atendimento de metas muito importantes com meios considerados pouco efetivos por diversos pensadores e formuladores de política externa nos Estados Unidos (POSEN, 1998).

A **primazia** defende a utilização irrestrita do poderio econômico-político-militar dos EUA quando e onde eles desejarem. Confere a maior liberdade de ação das quatro correntes internas citadas, permitindo que a escolha do emprego da força seja exercida de maneira pragmática, sendo empregada imediatamente ou tendo seu emprego postergado, conforme cada situação se apresenta no cenário internacional. Seus defensores estão preocupados com a perenidade da proeminência política, econômica e militar dos EUA no sistema internacional, e não acreditam em instituições multilaterais ou balanceamentos regionais para contenção de possíveis competidores futuros. Isto faz com que defendam a manutenção e crescimento de seu poder militar ao ponto em que outros países, mesmo possuindo poder potencial, não tentem se igualar militarmente aos próprios Estados Unidos (POSEN, 1998).

No início deste século, o governo Bush adotou a Primazia como estratégia, aproximando-se, por conseguinte, do Destino Manifesto¹³. Decorrencia disso foram as conflagrações da Guerra ao Terror, a relativização dos sistemas multilaterais, o restabelecimento dos sistemas relacionados ao Escudo Antimíssil na Europa e a busca pela eliminação da capacidade de retaliação nuclear da Rússia (LIEBER; PRESS, 2006).

O governo Obama, por sua vez, retomou ideais mais compatíveis com o conteúdo ético da Doutrina Monroe. Embora no discurso de política externa a transição tenha sido radical, nas questões domésticas a mudança é indiscutível (medidas anticíclicas, *obamacare*, etc); externamente, o multilateralismo passa a ser valorizado, pregou-se à aproximação com a China e a retomada o *reset* com a Rússia (FRANÇA *et al.*, 2013).

¹³"Doutrina Monroe" e "Destino Manifesto" são dois paradigmas distintos que moldam a Grande estratégia estadunidense influenciando as negociações políticas internas, moldando as Políticas Externa e de Segurança e a forma como as relações internacionais são conduzidas. A Doutrina Monroe representa os valores do autogoverno, promovendo a cidadania e o exercício da liderança pelo exemplo. O Destino Manifesto, por sua vez, decorre da crença de que o povo norte-americano é um povo excepcional e é o povo escolhido pela Divina Providência (Deus) para guiar o mundo (FRANÇA *et al.*, 2013).

1.5 Os atores políticos internos estadunidenses

As negociações políticas internas entre grupos políticos, correntes e paradigmas distintos interferem na política externa de um país, na forma com que as suas relações e negociações internacionais são conduzidas e na maneira como a política de segurança é estabelecida. Esta dinâmica foi chamada por Robert Putnam (1988) de “A lógica dos jogos de dois níveis” e Kenneth Waltz (2001) descreveu como as interferências da “Segunda Imagem” na “Terceira Imagem”. A política externa e a política de segurança dos EUA são norteadas por paradigmas e atores internos conforme a lógica de dois níveis, a preponderância da influência de cada um dos paradigmas, Destino Manifesto ou Doutrina Monroe, se alterna no Sistema Internacional conforme oscilam a força interna dos grupos políticos que tendem à um ou outro paradigma de relacionamento.

Importa observar que não existe consenso dentro dos principais partidos políticos norte-americanos com relação à política externa. Ambos os partidos, Democrata e Republicano, têm atores internos que defendem algum modelo de grande estratégia, se aproximando de um ou outro paradigma de relacionamento, buscando a implementação de políticas que atendam aos seus interesses (KAPLAN, 2006).

As prévias do Partido Republicano para a disputa presidencial de 2016 consolidaram a divisão dos eleitores republicanos em três amplas tendências: internacionalistas, nacionalistas e não intervencionistas (DUECK, 2016). Estas tendências estão distribuídas entre cinco principais correntes os Neoconservadores, os Isolacionistas Republicanos, os Conservadores “Linha Dura”, o Movimento *Tea Party* e os Internacionalistas Tradicionais.

Os **Neoconservadores** (*Neoconservatives*), ou *neocons*, acreditam no poder militar para expandir a promoção da democracia ao redor do globo. Embora tenham inspiração Wilsoniana¹⁴, com relação ao benefício da expansão da democracia para a estabilidade global, os *neocons* diferem de outras correntes Wilsonianas com relação a maneira, pela força e unilateral, de expansão da democracia. São defensores operações no Iraque e Afeganistão e clamam por intervenções semelhantes em outras áreas conflituosas como Síria e Irã (KAPLAN, 2006).

Os **Isolacionistas Republicanos** (*Republican Isolationists*) são, obviamente, não intervencionistas, embora possam ser temporariamente convencidos da necessidade de ações no exterior como após o 11 de setembro (DUECK, 2016). Eles têm sua inspiração em George

¹⁴ Noção de que a disseminação da democracia é um meio para promover a estabilidade global defendida por Woodrow Wilson Após a I Grande Guerra (KAPLAN, 2006).

Washington, que exortava às gerações futuras para evitarem se enredar em alianças complicadas. Esta tendência na política externa permaneceu dominante até a II Grande Guerra. Hoje em dia os isolacionistas modernos atentam para diversos pontos de vista diferentes como valorizar as questões fronteiriças, questionam o peso sobre os contribuintes das intervenções, militares ou não, no exterior e se opõem aos impactos internos, na indústria e geração de empregos, das relações comerciais com países com menores custos de produção (KAPLAN, 2006).

Os **Conservadores “Linha Dura”** (“*Hard-Line*” *Conservatives*) têm tendências nacionalistas e reconhecem os EUA como o poder dominante mundial buscando manter esta condição, impedindo que outras nações atinjam uma condição na qual possam desafiar esta hegemonia. Na sua visão, o poder mundial deriva de seu poder superior e não das instituições multilaterais, que apenas atrapalham este poder minando a autoridade estadunidense no mundo. Eventualmente assumem a postura belicosa dos *neocons* com a diferença da motivação pelo uso da força, que passa a ser para a defesa dos interesses norte-americanos e não para a expansão da democracia (KAPLAN, 2006). Não têm objeção contra os gastos elevados com defesa, nem contra medidas agressivas contra terroristas, demandando punição severa a quem ameaçar os EUA. Desdenham iniciativas de *state building*¹⁵, programas assistenciais no exterior e arranjos de acomodação internacional. O movimento *Tea Party* teve origem dentro desta corrente (DUECK, 2016).

O **Movimento *Tea Party*** (*Tea Party Movement*) tem tendências nacionalistas e defende mudanças radicais na política interna norte-americana, como a redução do papel do governo na sociedade, se comprometem a restaurar a liderança estadunidense no mundo e se destacam pelo uso massivo das redes sociais para a divulgação de suas ideias. Sua existência é polêmica, seus defensores acreditam ser um retorno às origens dos ideais liberais, e seus críticos os apontam como uma reação racista e racionaria à emergência de uma nova realidade multicultural e multirracial nos Estados Unidos. Na política externa, acreditam no excepcionalismo americano embora sejam céticos sobre a habilidade dos EUA de estabelecer uma ordem mundial liberal (MEAD, 2011). Acreditam que a segurança doméstica não pode ser mantida sem comprometimento militar pesado no exterior, porém são adeptos da política do *America First* defendendo engajamentos que defendam interesses norte-americanos, sem

¹⁵*State Building* pode ser definido como: "uma ação intencional para desenvolver a capacidade, as instituições e a legitimidade do estado em relação a uma política eficaz de processo de negociação das exigências mútuas entre estado e grupos sociais." (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2008, p. 14, tradução nossa*). *No original: "as purposeful action to develop the capacity, institutions and legitimacy of the state in relation to an effective political process for negotiating the mutual demands between state and societal groups." (OECD, 2008, p.14).

ficar participando de conflitos desnecessários e ações de *State building* ao redor do globo (FRIEDMAN; LUNDELL, 2016).

Os **Internacionalistas Tradicionais** (*Traditional Internationalists*) defendem uma política externa ativa que atenda aos interesses norte-americanos. São adeptos da “*Realpolitik*”¹⁶ encarando a diplomacia de maneira mais pragmática e menos ideológica, percebem o Sistema Internacional como perigoso mas passível de ser enfrentado com a mistura apropriada de força militar e econômica, diplomacia e multilateralismo. Buscam encontrar interesses comuns com outras nações, independentemente de serem democracias ou não. (KAPLAN, 2006). Todos os presidentes republicanos até George W. Bush foram em certa medida Internacionalistas, relegando os não intervencionistas republicanos a um segundo plano nas tomadas de decisão (DUECK, 2016). Henry Kissinger é um representante histórico desta corrente (KAPLAN, 2006).

No Partido Republicano foi verificado um aumento da tendência ao conservadorismo na última década. Além da emergência de um grupo conservador como o *Tea Party*, uma pesquisa divulgada pelo Gallup em 2014 mostrou um aumento na quantidade de republicanos autointitulados conservadores de 62% em 2000 para 72% em 2010 (JONES, 2014).

No Partido Democrata, por sua vez foi observado um movimento na direção contrária. A pesquisa mostrou que entre 2000 e 2010 os democratas autointitulados liberais aumentaram de 29% para 40%, atingindo 43% em 2013. Os autointitulados conservadores diminuíram de 25% para 21% (JONES, 2014). Atualmente é observado um deslocamento do Partido Democrata para a esquerda, com o aumento na organização das correntes mais progressistas do partido. A coalisão *Work Families Party* originária de Nova Iorque está expandindo sua base para o oeste (BALL, 2014), enquanto a mais consistente *Progressive Change Campaign Committee*, fundada como alternativa aos candidatos moderados de centro, aumenta sua influência após ter apoiado Bernie Sanders, senador democrata que aceita ser definido como socialista, nas primárias do partido para 2016 (WHITEHILL, 2015).

Alguns democratas entendem que seu partido é mais homogêneo que seu adversário mantendo, por exemplo, um grande acordo sobre questões sociais e culturais, como aborto e casamento homoafetivo, ficando as divergências para as questões econômicas, de segurança nacional e de política externa (BALL, 2014). Com relação às divergências no campo da

¹⁶*Realpolitik* é um termo alemão que se refere ao poder político. Ele enfatiza políticas baseadas mais em considerações pragmáticas do poder e menos em considerações morais ou éticas" (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p.463, tradução nossa*). *No original: *Realpolitik A German term referring to power politics. It emphasizes policies based more on practical power considerations and less on moral or ethical considerations* (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p.463).

política externa no Partido Democrata, as principais correntes que disputam a formulação destas políticas são os Internacionalistas Liberais, o grupo do Liberalismo Muscular, os Protecionistas, os Grupos de Questão Única e o grupo Antiguerra.

Os **Internacionalistas Liberais** (*Liberal Internationalists*) acreditam na visão Wilsoniana de que a disseminação da democracia é imperativa para a estabilidade global. Diferentemente dos *neocons*, acreditam que esta paz democrática deve advir do funcionamento de instituições multilaterais, mais do que do uso da força, assumindo um conteúdo ético condizente com a Doutrina Monroe. John F. Kennedy e Franklin D. Roosevelt são representantes históricos desta corrente (KAPLAN, 2006);

O **Liberalismo Muscular** (*Muscular Liberalism*) compreende o grupo de internacionalistas que propõem uma ação ativa no desenvolvimento dos valores do liberalismo no mundo. Compartilham da visão dos Internacionalistas Liberais sobre os benefícios da democracia para a estabilidade global porém, diferentemente destes, defendem mais frequentemente o uso da força para a implementação de suas políticas no Sistema Internacional, tendo alguns pontos de convergência com os *neocons* do Partido Republicano (FUKUYAMA, 2006).

Os **Protecionistas** (*Proteccionists*) têm tendências isolacionistas e acreditam que os recursos da nação devem ser focados no seu próprio país. Defendem a projeção de poder no exterior apenas quando necessário para aumentar a segurança na terra natal. Acreditam em alianças que diminuam o fardo dos EUA no mundo e, também, são a favor de programas de desenvolvimento pertinentes à segurança dos EUA como ações de combate à epidemia de AIDS. Alguns de seus representantes defendem uma cautelosa participação dos EUA em assuntos internacionais, pois acreditam que este tipo de intromissão no mundo pode causar mais mal do que bem. Eventualmente formam alianças com Isolacionistas Republicanos para dificultar a aprovação de legislações promotoras do livre comércio (KAPLAN, 2006).

Os **Grupos de Questões Únicas** (*Single-Issue Groups*), também chamados de “Internacionalistas do Bem-estar Social”, estão desconfortáveis com os modelos tradicionais de política externa os quais consideram amorais, e reúnem esforços e torno de questões e demandas específicas. Defendem que os Estados Unidos assumam um papel ativo em moldar os eventos mundiais, porém veem os EUA desempenhando o papel de guardião, provedor ou defensor de problemas transnacionais como erradicação da pobreza ou prevenção de disseminação de doenças (KAPLAN, 2006).

O grupo **Antiguerra** (*Anti-War*) foca o debate exclusivamente contra as guerras, embora sejam um “*Single-Issue Group*” eles têm características distintas do grupo anterior

por não querer um papel ativo dos Estados Unidos no cenário mundial, buscando justamente o contrário, a interrupção das ações militares. Apesar de parte do grupo ter uma postura pacifista, sendo contra a guerra por questões morais, a maior parte se opõe por questões estratégicas e por acreditar que a guerra torna os Estados Unidos menos seguros e limita as liberdades civis (KAPLAN, 2006).

É possível observar que ambos os partidos possuem diversas correntes distintas, e até antagônicas, na sua composição. As correntes acabam disputando além da prerrogativa de definir a grande estratégia e a política externa e de segurança dos Estados Unidos como um todo, a maneira como o partido irá se posicionar frente as discussões de política externa no congresso. Assim, mesmo estando de fora do executivo no caso do presidente ser de outro partido, tentam colocar sua agenda e influenciar decisões e ações no exterior.

Este "gradiente" de comportamentos dentro de um mesmo partido, facilita a compreensão de certas oscilações na condução da política externa dentro do mesmo mandato presidencial e, não deixam espaço para uma interpretação "maniqueísta" da dinâmica política interna dos Estados Unidos. Neste sentido, embora na sua administração, Barack Obama tenha tentado reparar a imagem dos EUA, se aproximar da Rússia e da China e evitar um novo Iraque mantendo tropas distante de alguns conflitos, como no caso da Síria, autorizou na sua administração um aumento agressivo das atividades e ataques com *drones* contra alvos considerados terroristas (FRIEDMAN; LUNDELL, 2016). Outro ponto importante de ressaltar, é o fato do ex-presidente ter enfatizado, no início de 2016 em pronunciamento ao congresso norte-americano, que os Estados Unidos agiriam decisivamente e unilateralmente em resposta a ameaças diretas contra os EUA e seus aliados (FRIEDMAN; LUNDELL, 2016), se afastando assim do conteúdo ético da Doutrina Monroe.

É preciso distinguir a Política Declaratória¹⁷ de um país da Política de Emprego¹⁸ de suas Forças Armadas quando estiver em análise a condução de sua política externa ou construção de sua grande estratégia. Uma política declaratória pode diferir substancialmente das ações reais conduzidas por uma nação, sobretudo nas questões de segurança internacional.

Um exemplo icônico desta situação é o observado entre as grandes diferenças de um documento oficial do governo dos Estados Unidos a *National Security Strategy* de 2002, que convida os demais países do mundo a trabalharem em conjunto para conduzirem ações

¹⁷ "Política Declaratória (*Declaratory Policy*): o que um governo afirma publicamente sobre seus planos e política de defesa." (RUDZIT; NOGAMI, 2010, p.14).

¹⁸ "Política de Emprego (*Employment Policy*): como um país planeja o uso do seu efetivo humano e material, a fim de evitar ou de viabilizar uma guerra. Inclui as estratégias e táticas com a intenção de lidar com as ameaças percebidas." (RUDZIT; NOGAMI, 2010, p.14).

estabilizadoras em busca da paz, buscando alternativas que minimizassem enfrentamentos assimétricos e evitasse conflitos regionais. Na carta de apresentação do documento o então presidente George W. Bush declara:

Somos também guiados pela convicção de que nenhuma nação pode construir sozinha um mundo mais seguro e melhor. Alianças e instituições multilaterais podem multiplicar a força das nações amantes da liberdade. Os Estados Unidos estão comprometidos com instituições permanentes como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Estados Americanos e a OTAN, bem como outras alianças duradouras. As coalizões de voluntários podem ampliar essas instituições permanentes. Em todos os casos, compromissos internacionais devem ser levados a sério. Não devem ser assumidos simbolicamente para reunir apoio para um ideal sem promover sua realização (UNITED STATES OF AMERICA- USA, 2002, tradução nossa¹⁹).

Não obstante estas declarações contra ações isoladas e unilaterais, contra o desrespeito aos compromissos internacionais previamente assumidos e apesar de reafirmar o comprometimento com as organizações multilaterais, sobretudo a Organização das Nações Unidas, em 2003 os Estados Unidos sob o governo Bush, a despeito de autorização do Conselho de Segurança da ONU, foram "[...] à guerra contra o Iraque, contra o direito internacional e a carta da ONU, e com muita pouca consideração sobre as consequências." (CALVACORESI, 2011, p.402).

1.6 Desafios da Marinha dos Estados Unidos no cenário mundial.

Mearsheimer (2001) atribui a hegemonia regional conquistada pelos Estados Unidos da América ao seu isolamento das outras potências pelos dois oceanos que banham o seu território. A inexistência de potências competidoras na mesma região seria um dos elementos responsáveis pelo grande desenvolvimento de sua economia e, conseqüentemente, a capacidade de arcar com os custos de desenvolver o seu poder real na forma de suas forças terrestres. A proteção fornecida pelo “poder parador da água” torna muito difícil a sustentação de qualquer invasão em território americano (MEARSHEIMER, 2001). Não obstante a proteção fornecida pelo poder parador da água, atualmente nenhuma nação possui a capacidade de projeção de poder verificada nas Forças Armadas norte-americanas.

¹⁹ No original, *"We are also guided by the conviction that no nation can build a safer, better world alone. Alliances and multilateral institutions can multiply the strength of freedom-loving nations. The United States is committed to lasting institutions like the United Nations, the World Trade Organization, the Organization of American States, and NATO as well as other long-standing alliances. Coalitions of the willing can augment these permanent institutions. In all cases, international obligations are to be taken seriously. They are not to be undertaken symbolically to rally support for an ideal without furthering its attainment."* (USA, 2002).

A prerrogativa de que as capacidades militares de um Estado, e sua capacidade de projeção de poder, importam para as Relações Intencionais não é exclusiva de teóricos do Realismo ou do Realismo Ofensivo; teóricos do Materialismo Histórico, como Ellen Wood, também estão atentos a esta questão. A autora defende a perspectiva de que o Estado é indispensável ao capitalismo, pois os "imperativos do mercado" só atingem seu máximo alcance quando defendidos pelos poderes coercitivos "extraeconômicos", ou seja, suas capacidades militares subordinadas, obviamente, a um Estado²⁰. Como o poder militar estadunidense não é onipresente, a autora aponta que a "[...] sua única opção é demonstrar, através de frequentes exibições de poder militar, que ele pode ir a qualquer lugar, em qualquer tempo e causar grandes danos." (WOOD, 2012, p. 259, tradução nossa²¹).

Desde a II Guerra Mundial, a Marinha Americana age incontestemente nos oceanos do mundo; mesmo durante a Guerra Fria, a marinha soviética não era preparada para a projeção de poder, sendo sua principal doutrina a proteção da terra natal (TILL, 2013). O papel da Marinha como coluna vertebral das operações militares americanas é indiscutível, no início de 2017, no mês de fevereiro, a força de combate com capacidade operacional contava com 274 navios, 47 posicionados no exterior em prontidão de combate, 11 porta-aviões²², mais de 3700 aeronaves de diversos tipos e um grande número de navios de suporte logístico, não menos importantes, que não considerados força de combate (DUNNIGAN, 2003; UNITED STATES NAVY- U.S. NAVY, 2017a).

Os Estados Unidos mantêm 40 grandes cargueiros carregados, em tempo integral, com suprimentos para as suas Forças Armadas em diversas partes do mundo para apoiar suas operações. Um exemplo impressionante da prontidão militar estadunidense é o caso dos fuzileiros navais, que têm à sua disposição 16 navios organizados em 3 grupos estacionados nos oceanos Pacífico, Índico e Atlântico. Cada um dos grupos transporta todo o material necessário, armamentos, veículos, munições e víveres, para uma brigada completa de fuzileiros operar por 30 dias sem reabastecimento, necessitando apenas descarregar os navios e transportar os soldados pelo ar (DUNNIGAN, 2003). A atuação incontestemente da marinha americana nos oceanos do mundo é o componente naval do "Comando dos Comuns", no qual os EUA detêm enquanto potência global.

²⁰ Ao desenvolver esta ideia a autora chama atenção para mais uma das contradições do capitalismo, que prega o "Estado Mínimo" como uma de suas premissas porém se vale do poder coercitivo militar da superpotência para conseguir levar o "mercado" através de fronteiras de Estados que não abririam sua economia nacional para fluxo de comércio se não coagidos (WOOD, 2012). Um exemplo histórico apropriado para esta situação é o episódio da abertura dos portos japoneses para navios mercantes estadunidenses (PERRY *et al.*, 1857).

²¹ No original, "[...]the only option is to demonstrate, by frequent displays of military force, that it can go anywhere at any time, and do great damage." (WOOD, 2012 p. 259).

²² Quantidade é maior que o dobro da soma dos porta-aviões em operação de todas as outras marinhas do mundo.

Possuir o “Comando dos Comuns” significa dispor de vasto uso militar do mar aberto, do espaço, do ciberespaço e do espaço aéreo acima dos 5.000 mil metros, no qual poucas nações detém capacidade de negação do espaço aéreo, detendo muito mais uso militar do que outros; e, além disso, segundo Posen: “[...] poder ameaçar negar seu uso pelos outros de maneira crível” (POSEN, 2003, p. 8, tradução nossa²³). Através do “Comando dos Comuns” a nação detentora desta capacidade pode rapidamente deslocar tropas, suprimentos, conduzir operações de inteligência e manobras de apoio de fogo impunemente. Além das ações relativas às suas próprias forças, pode negar o uso dos comuns a qualquer nação beligerante, bloqueando o envio de tropas aliadas, armamentos, suas iniciativas de inteligência a partir de satélites e interromper os fluxos comerciais, debilitando sua economia.

O comando do mar, um dos "comuns", permite que os Estados Unidos mantenham forças posicionadas em áreas sensíveis e tenham capacidade de reforçá-las rapidamente, sendo um importante poder dissuasório (POSEN, 2003). A manutenção desta capacidade de ação global abrangente e continuada depende do sucesso dos EUA em manter o “comando dos comuns” e estabelecer alianças com países nos quais sua posição estratégica seja propícia ao emprego e projeção de força (DINIZ, 2006). Geoffrey Till sintetiza a importância deste debate atual ao afirmar que “Assegurar o Controle do Mar significava manter a capacidade de lidar com as estratégias de antiacesso.” (TILL, 2013, pg. 155, tradução nossa²⁴).

O conceito de negação do uso do mar foi concebido a partir da ideia de controle do mar, sendo aplicável quando o controle tem o objetivo principal de negar seu uso ao inimigo, mais do que propriamente utilizá-lo. Esta estratégia de Antiacesso pode ser empregada como alternativa ao controle do mar, por países com forças limitadas contra nações mais poderosas; ou como complemento ao controle do mar, como na marinha soviética, que controlava o mar perto de seu território e buscava negar seu uso em regiões distantes no oceano aberto (TILL, 2013).

As marinhas chinesa e russa optaram por um número maior de meios navais, de maior poder de fogo e mais difíceis de rastrear que, no passado, representava menor efetividade contra marinhas nucleadas em navios mais pesados (DUNNIGAN, 2003). Porém, o advento dos mísseis e a evolução da tecnologia, alcance e tonelagem dos mesmos, propiciaram um incremento na capacidade de ataque, reduzindo a quantidade de disparos necessários para incapacitar ou afundar navios. Isto permite que navios de tonelagem superior não exerçam

²³ No original: “[...] *that it can credibly threaten to deny their use to others.*” (POSEN, 2003, p. 8).

²⁴ No original: “*Assuring sea control meant maintaining the capacity to deal with 'anti-access strategies.*” (TILL, 2013, pg. 155).

vantagem sobre meios menores, desde que possuam capacidades semelhantes de mísseis (HUGHES, 2000; DUARTE, 2012) e nas palavras de Duarte: “[...] na era dos mísseis, as batalhas marítimas passaram a ser decididas pelo lado que aplica seus mísseis mais efetivamente em termos relativos.” (DUARTE, 2012, p.62). Forças menores, porém bem posicionadas, passaram a ter a possibilidade de causar grandes efeitos proporcionalmente ao seu tamanho (TILL, 2013).

Neste cenário, onde a iniciativa no combate é essencial, é premente a necessidade de sistemas diversos de inteligência: aviação, satélites e radares para a detecção e guiagem das armas com Alcance Além da Visão (*Beyond Vision Range- BVR*) (DUNNIGAN, 2003). Para defesa de costa, a combinação de diversos meios de esclarecimento baseados em terra, sensores terrestres com longo alcance ou espaciais, mísseis antinavio e meios aéreos seriam o equivalente contemporâneo do forte de defesa costeira (HUGHES, 2000).

Embora a defesa de um ataque de força hostil seja a missão de qualquer enfrentamento defensivo, o emprego dos termos Antiacesso e Negação de Área (*Anti-Access and Area-Denial - A2/AD*) são específicos quando o enfrentamento busca barrar um adversário com forças muito superiores que, se desdobradas no campo de batalha, podem causar uma vitória decisiva. Buscam, então, elevar o custo de aproximação de forças inimigas impossibilitando seu pleno emprego no campo de batalha (TANGREDI, 2013). Ações de Antiacesso são geralmente de longo alcance e visam evitar que uma força hostil entre no Teatro de Operações (*Theater of Operations - TO*). Ações de Negação de Área, por sua vez, são geralmente de curto alcance e visam apenas limitar a liberdade de ação de uma força hostil no TO, não evitando o seu ingresso no mesmo (UNITED STATES OF AMERICA - USA, 2012a). As SLOCs²⁵ são uma variável de máxima importância no planejamento estratégico dos países em se tratando de ações de antiacesso. Táticas de guerra assimétrica, como a minagem de estreitos são, nesse sentido, bastante efetivas para países que possam vir a se confrontar com marinhas mais poderosas (PEELE, 1997).

Atualmente China e Irã desenvolvem rapidamente capacidades de A2/AD com o advento de novas tecnologias e incorporação de novos meios navais, se aproveitando de características geográficas para a potencialização destas capacidades. O Mar do Sul da China e o Estreito de Ormuz são teatros de operações propícios ao emprego de diversos meios

²⁵ Linhas Marítimas de Comunicação (*Sea Lines of Communication- SLOCs*), que são rotas marítimas por onde passam os fluxos de navios comerciais, logísticos, ou de guerra – são “caminhos” por onde circula todo o trânsito marítimo. As SLOCs ganham atenção especial quando passam por estreitos ou “pontos de estrangulamento” (*chokepoints*), pois as possibilidades de serem interrompidas em tempos de conflagração ficam mais altas (e menos dispendiosas). Paradoxalmente, boa parte das SLOCs mais importantes do mundo passam por *chokepoints* (PEELE, 1997).

baratos como minissubmarinos, barcos rápidos de ataque, aviação e mísseis baseados em terra e minagem (KREPINEVICH,2010).

Os atuais posicionamentos defensivos chinês e iraniano são dignos de atenção nas prioridades de defesa dos EUA sendo mencionados no *Strategic Guidance* de 2012, e afirma que as Forças Armadas norte-americanas investirão o necessário para manter capacidades de operar em ambientes de Antiacesso e Negação de Área. O temor é que as SLOCs do Mar do Sul da China e do Estreito de Ormuz sejam controladas pelas capacidades de A2/AD da Marinha do Exército de Libertação do Povo e da Guarda Revolucionária Iraniana respectivamente, causando danos à economia estadunidense e mundial (USA, 2012b).

Enfrentar estas ameaças de Antiacesso e Negação de Área exige uma readequação dos meios navais norte-americanos, buscando uma maior disponibilidade dos meios para emprego em cenários de alta intensidade de hostilidade como os citados anteriormente. Como opção por uma estratégia mais ofensiva, buscando justamente contrabalançar a rápida evolução das capacidades de A2/AD, está sendo introduzido o conceito de "Letalidade Distribuída" (*Distributed Lethality*) que visa aumentar as capacidades de combate individuais da força de superfície, a partir do incremento das capacidades de C4ISR²⁶, defesa antiaérea e poder e alcance de mísseis antinavio, além de uma mudança nas formações de combate. Nas palavras do atual comandante das forças de superfície da Frota do Pacífico:

Letalidade Distribuída é a condição adquirida pelo aumento do poder ofensivo de componentes individuais da força de superfície (cruzadores, destróieres, LCSs²⁷, navios anfíbios, e os navios de logística) e, em seguida, empregá-los em formações ofensivas dispersas conhecidos como *hunter-killer SAGs*²⁸. É a força motriz por trás do controle do mar ofensivo. (ROWDEN; GUMATAOTAO; FANTA, 2015, tradução nossa²⁹).

A busca por alternativas de enfrentamentos às ameaças de Antiacesso e Negação de Área, também conduz à modificações menos ofensivas, na postura dos EUA e, conseqüentemente, na sua atuação em outras partes do globo. Teatros secundários para a sua grande estratégia, como o Atlântico Sul, passam a ser palco de novas possibilidades de

²⁶ Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância, e Reconhecimento (*Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance - C4ISR*).

²⁷ LCS - *Littoral Combat Ship* (Navio de Combate de Litoral) um navio rápido, ágil, capaz de operar em águas costeiras e mar aberto, projetado para derrotar ameaças assimétricas de A2/AD (U.S. NAVY, 2014).

²⁸ SAG - *Surface Action Groups* - Grupos de ação de superfície.

²⁹ No original: "*Distributed lethality is the condition gained by increasing the offensive power of individual components of the surface force (cruisers, destroyers, littoral combat ships [LCSs], amphibious ships, and logistics ships) and then employing them in dispersed offensive formations known as "hunter-killer SAGs."* It is the motive force behind offensive sea control." (ROWDEN; GUMATAOTAO; FANTA 2015).

condução de suas operações de segurança marítima, buscando uma assertividade positiva como, por exemplo, a segurança cooperativa.

As estratégias cooperativas que envolvem *State building* e garantia da lei, têm o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de capacidades próprias para os países em maior vulnerabilidade social, combaterem ações de baixa intensidade de delitos transnacionais, e libera importantes meios navais norte-americanos para a condução do que Milan Vego chamou de *Major Naval Operations* que resumidamente podem ser descritas como "uma série de ações táticas navais principais e secundárias" que "[...]buscam cumprir objetivos operacionais, e algumas vezes estratégicos, em um dado teatro marítimo." sendo "[...]normalmente parte integral de uma campanha marítima ou terrestre[...]" (VEGO, 2007, p. 95, tradução nossa³⁰).

1.7 O marco temporal e a mudança do significado do Atlântico Sul

Em junho de 1998, em uma publicação da *Oil & Gas Journal* Anthony Mitchell membro do *American Enterprise Institute fo Public Research*, e Paul Wihbey do *Institute for Advanced Strategic & Political Studies*, chamaram a atenção no artigo intitulado *South Atlantic region emerging as new U.S. strategic oil supply flashpoint* para as novas oportunidades e alternativas para o suprimento de óleo dos Estados Unidos. Estas novas alternativas eram propiciadas pelas descobertas de novas jazidas de petróleo na costa oeste africana juntamente com as reservas já confirmadas de petróleo da América do Sul, mesmo antes da descoberta das reservas do Pré-Sal. Estas oportunidades sinalizavam a emergência do Atlântico Sul como um novo ponto estratégico de fornecimento de petróleo mundial, embora de maneira incipiente e com necessidade de desenvolvimento de exploração e prospecção (MITCHELL; WIHBEY, 1998).

Os autores também chamavam a atenção para a negligência mostrada pela política externa e de segurança americana para as necessidades de estabilidade dos países africanos e, sem a qual, não seria possível garantir o fluxo ininterrupto de recursos energéticos destes países para o consumo norte-americano. Embora na época a África Equatorial Atlântica fosse responsável pelo suprimento de cerca de 1,3 milhões de barris por dia que representavam à época 13,5% do total de suas importações Mitchell e Wihbey apontam que: “Infelizmente, a U.S. National Security Strategy e a National Military Strategy falham em reconhecer a

³⁰ No original: "[...] aimed to accomplish an operational (and sometimes limited strategic) objective in a given maritime theater. [...] normally an integral part of a maritime or land campaign [...]" (VEGO, 2007, p. 95).

emergente importância da região rica em recursos do Atlântico Sul” (MITCHELL; WIHBEY, 1998, tradução nossa³¹).

Além das questões securitárias pertinentes ao continente africano, no âmbito da geopolítica mundial o Atlântico Sul também estava "menosprezado" para a grande estratégia estadunidense e para as suas estratégias nacionais de segurança. Qualquer possibilidade da organização de uma defesa hemisférica, pretendida pelo TIAR desde 1947, havia sido desacreditada pelo conflito das Malvinas em 1982, mais especificamente pela postura de Reagan no período, mudando as diretrizes geopolíticas dos Estados Unidos (REIS, 2013).

O fim da Guerra Fria no início da década de 90 contribuiu para o aumento do desinteresse dos EUA pela região, pois nenhum dos possíveis novos adversários sistêmicos se encontrava no Atlântico Sul, aumentando assim a fragmentação dos desenhos estratégicos da comunidade atlântica. Estes espaços deixados pela nova postura estadunidense para a parcela sul do Oceano Atlântico contribuiriam para a ação do Brasil, enquanto país emergente na próxima década, ensaiar a projeção de influência para o Atlântico Sul e os países africanos limítrofes à esta parcela do oceano (PETROCCHI, 2013).

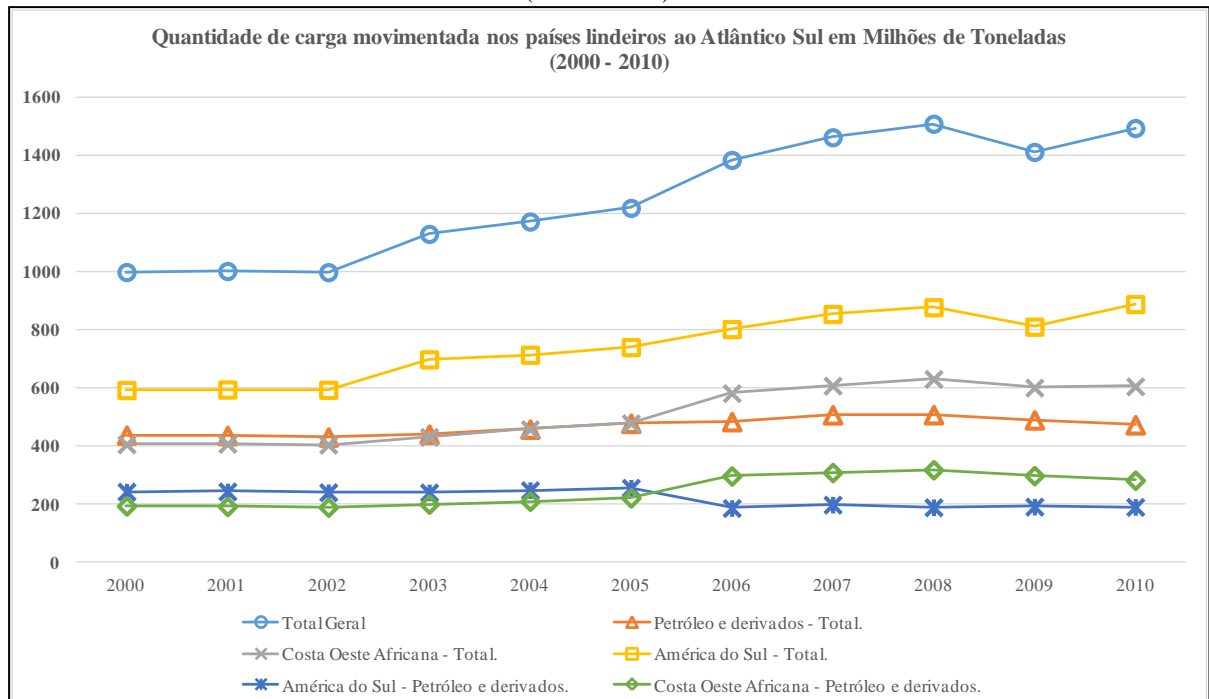
Para o país mais importante da região, o Brasil, o Atlântico Sul deixa de ser apenas uma barreira, uma grande massa de água, e passa a ser visto como um espaço geopolítico e securitário importante, sendo considerado parte de seu entorno estratégico e espaço de projeção de influência para os países africanos limítrofes ao oceano. Os anos 90 foram marcados pela falta de interesse entre o Brasil e os países africanos, o governo Collor buscou estreitar os laços entre o Brasil e os países ocidentais desenvolvidos, deixando a África de lado. Nas trocas comerciais o desinteresse era evidente com um fluxo de apenas 2% do total e comércio exterior do Brasil com o continente africano, quantia que havia alcançado índices de 10% na década de 80. Esta relação começa a mudar com a inflexão da política externa brasileira sob o governo Lula que assume um caráter propositivo de fortalecimento da relação Sul-Sul durante os anos 2000 (SARAIVA, 2010).

Na questão econômica e energética também é verificado um incremento da importância da parcela sul do Oceano Atlântico. A importância comercial da região pode ser verificada observando o Gráfico 1 que nos mostra a evolução da movimentação de carga nos portos dos países limítrofes ao Atlântico Sul. Podemos observar um incremento de aproximadamente 50% na movimentação total de carga na primeira década do século XXI. Se compararmos o aumento com as quantidades praticadas em 1990 não representadas no

³¹ No original: *Unfortunately, the US National Security Strategy and National Military Strategy fail to recognize the emerging importance of the resource-rich South Atlantic region.* (MITCHELL; WIHBEY, 1998).

gráfico, que somavam 594,2 milhões de toneladas, o percentual de aumento chega a 152% (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD, 2003, 2006, 2011).

Gráfico 1 - Quantidade de carga movimentada nos países limieiros ao Atlântico Sul em Milhões de toneladas (2000 - 2010).



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003, 2006, 2011).

Digno de nota são os incrementos dos montantes de petróleo e derivados movimentados pelos portos do continente africano, que chegam a 45% de aumento de 2000 a 2010, e da quantidade de carga movimentada nos portos atlânticos da América do Sul, que mesmo apresentando uma leve queda nas cargas líquidas de petróleo e derivados, teve um incremento nas quantidades totais de 50%. Este incremento é resultado do aumento de exportação da carga seca, composta principalmente de commodities agrícolas e minerais(exceto hidrocarbonetos), principalmente de portos localizados no Brasil que passaram de 349,6 milhões de toneladas em 2000 para 698 milhões de toneladas em 2010, um aumento de praticamente 100% nas quantidades praticadas na década anterior (UNCTAD, 2003, 2006, 2011).

Outras modificações nas questões energéticas e econômicas que não são visíveis nos volumes de carga movimentados nos portos entre 200 e 2010 são as descobertas das reservas do pré-sal e o mapeamento de jazidas de minerais além dos hidrocarbonetos, chama a atenção a presença de três compostos presentes no Atlântico Sul: crostas cobaltíferas, crostas de

manganês enriquecidas por cobalto; nódulos polimetálicos, formações rochosas ricas em níquel, cobalto, cobre, ferro e manganês; e sulfetos polimetálicos ricos em ferro, zinco, prata, cobre e ouro (BROZOSKI, 2013).

O artigo *Cooperative Security Strategy in the South Atlantic* desenvolve a análise da segurança cooperativa dos Estados Unidos sob a luz de dois importantes condicionantes. **Primeiro** a mudança do significado do Atlântico Sul para os Estados Unidos, de uma região sem relevância estratégica para uma região importante, haja vista a presença da China, possível novo adversário sistêmico dos EUA, como será discutido no capítulo final desta dissertação e; **segundo**, os determinantes internos que moldam a política externa estadunidense. A percepção desta mudança de significado foi trabalhada no artigo sob os aspectos dos 3 marcos temporais: busca pela segurança cooperativa; maior autonomia energética; e, reconhecimento dos Estados africanos como parceiros dos norte-americanos. O capítulo 2, mostra como esta mudança de significado para os EUA também condicionou a proposição de ações específicas para a região, inseridas em um contexto mais amplo, como por exemplo uma *National Security Strategy*.

O recorte temporal da análise que segue no segundo capítulo da dissertação compreende três importantes marcos políticos declaratórios e econômicos norte-americanos. O **primeiro marco**, é definido pela *National Security Strategy* (NSS) de 2002, a primeira publicada após o 11 de setembro, que é um chamamento aos demais países a trabalharem em conjunto para conduzirem ações estabilizadoras em busca da paz, buscando alternativas que minimizassem enfrentamentos assimétricos e evitasse conflitos regionais. (USA, 2002). O documento conclama os demais países a trabalharem junto com os Estados Unidos no novo momento do mundo no qual ele não está mais dividido entre o “totalitarismo destrutivo” e “a liberdade e igualdade”, com o objetivo de combater o terrorismo, prevenir ataques, trabalhar em conjunto para evitar conflitos regionais, desenvolver o crescimento econômico, promover o livre comércio entre outros. (USA, 2002).

Esta *National Security Strategy* estava preocupada na busca por paz em ações estabilizadoras e cooperação a partir de alternativas que minimizassem a necessidade de enfrentamentos assimétricos e ameaças diversas. O documento considera que no Hemisfério Ocidental, através de coalizões flexíveis já existentes com países que compartilhem estas prioridades, será promovida uma democracia legítima trabalhando com as instituições regionais. Com relação à África o documento aponta que as doenças, a guerra e a pobreza extrema ameaçam tanto a busca pela dignidade humana quanto a luta global contra o terror (USA, 2002).

O período de 2003 à 2014 também marca uma revolução energética nos Estados Unidos, que compreende o **segundo marco** temporal. Neste período a produção de óleo bruto evoluiu de 5,7 milhões de barris por dia para o impressionante patamar de 9,3 milhões de barris por dia (UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA, 2016a). Esta evolução está relacionada com ações governamentais na primeira metade deste período, que possibilitou a revolução da produção, quando entre 2002 e 2008 o governo federal norte-americano concedeu subsídios na ordem de 72 bilhões de dólares para as atividades de pesquisa, prospecção, extração refino e distribuição de combustíveis fósseis. Como parâmetro de comparação todos os demais combustíveis renováveis contaram com uma concessão de subsídios na ordem de 29 bilhões de dólares (ADEYEYE *et al.*, 2009).

O grande protagonista desta revolução é o aumento da produção de óleo de xisto, através da disseminação da tecnologia de Fraturamento Hidráulico³². A disseminação do emprego desta tecnologia, quase insipiente em 2002, elevou gradualmente a produção de óleo bruto e gás natural a patamares históricos. Atualmente a metade do óleo bruto produzido nos EUA é oriunda de perfurações que empregam Fraturamento Hidráulico para a remoção de óleo em jazidas de xisto betuminoso, em 2015 o óleo bruto oriundo de poços que utilizam esta tecnologia correspondia a 51% da produção total doméstica dos Estados Unidos (EIA, 2016b).

Este aumento da produção de petróleo possibilitou o posicionamento dos presidentes Bush e Obama externando o desejo dos Estados Unidos diminuírem a dependência do petróleo do Oriente Médio e do exterior respectivamente. Em 2006 o então presidente George W. Bush anunciou que os Estados Unidos têm a intenção de até 2025 substituir mais de 75 por cento das importações de petróleo do Oriente Médio. Assim produtores alternativos ganharam uma importância destacada na política energética norte-americana, dentre estes a Nigéria que se destaca sendo o quinto maior fornecedor mundial dos EUA. (PLOCH, 2011).

No ano de 2011 o presidente Barack Obama anunciou uma meta ousada de até 2025 reduzir em um terço a dependência de petróleo externo, que à época era de 11 milhões de barris por dia. Além da redução de dependência externa, também foi apontada a necessidade de diversificar o portfólio de fornecedores buscando petróleo dos países vizinhos dos EUA,

³² Fraturamento Hidráulico é uma técnica de extração de petróleo e gás não convencional que consegue extrair uma parcela de hidrocarboneto que não seria possível com uma operação de perfuração normal. Esta técnica envolve perfuração horizontal da jazida e injeção de água pressurizada, produtos químicos e areia que "fraturam" a rocha possibilitando o escoamento de óleo bruto e gás, porém com riscos ambientais enormes em se tratando de contaminação de lençóis freáticos (BOUDET *et al.*, 2013).

como Canadá, México e Brasil a fim de se distanciar das turbulências do oriente médio e da crescente necessidade de petróleo da Índia e da China (OBAMA'S..., 2011).

O **terceiro marco** encerrando o período é representado pela *Quadreenial Defense Review* de 2014 que reitera a necessidade da cooperação e parceria com os governos africanos e organismos multilaterais para aumentar a governança marítima e combater as ameaças à produção e transporte de petróleo, às operações marítimas na costa ocidental africana e, também, combater a pesca ilegal, tráficos ilegais diversos (armas, pessoas, diamantes e narcóticos), pirataria e demais ilícitos transnacionais. Na América do Sul, o documento aponta a parceria das nações do Hemisfério Ocidental como um caminho para desenvolver capacidades regionais para combater as ameaças de baixa intensidade oriundas de atores não estatais (USA, 2014).

Tangencialmente aos marcos declaratórios políticos e econômicos norte-americanos o período 2003 a 2013 também engloba o período no qual o Atlântico Sul assume uma nova dimensão para o Brasil e o país intensifica a busca por cooperação em defesa como estipulado na definição do projeto de pesquisa *O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul: Política Externa e Estratégia de Defesa*, sendo 2013 o ano inicial do projeto concebido à partir da ressignificação da região para o Brasil como entorno estratégico brasileiro nos dez anos anteriores. A ressignificação específica para o Brasil, ator endógeno mais importante da região, foi trabalhada na terceira seção deste capítulo intitulada Os interesses Brasileiros no Atlântico Sul.

O artigo *Coperative Security Strategy In The South Atlantic: United States Internal Determinants And Region Resignification* é apresentado no segundo capítulo desta dissertação tal como publicado na Revista da Escola de Guerra Naval³³. O texto conduz, primeiro, uma breve discussão de alguns conceitos teóricos importantes para entender a postura dos Estados Unidos na condução de sua política externa e de segurança, recorrendo ao debate da influência da política interna dos EUA sobre suas relações internacionais. Em seguida, discute brevemente a importância do "uso do mar" para a política externa dos EUA, contextualizando o Atlântico Sul como uma região estratégica, discutindo suas fronteiras geográficas, aspectos econômicos e organizações multilaterais. Finalmente, são discutidos alguns programas norte-americanos de segurança cooperativa para o Atlântico Sul e a crescente importância da região, em linha com o novo posicionamento estratégico pós-11 de setembro para estabilizar a região e combater os crimes transnacionais. Assim artigo infere a

³³ Cabe observar que o Capítulo Dois da dissertação segue a estrutura de artigo conforme apresentada no Modelo de Apresentação de um Artigo de Periódico da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

pertinência do Atlântico Sul na grande estratégia global dos Estados Unidos da América. Sua relevância é evidenciada pela busca por iniciativas de segurança colaborativa para a estabilização da costa Oeste Africana e combate às ameaças de baixa intensidade como a pirataria, visando conter novas ameaças e enfrentar os atores não estatais.

2 COOPERATIVE SECURITY STRATEGY IN THE SOUTH ATLANTIC: UNITED STATES INTERNAL DETERMINANTS AND REGION RESSIGNIFICATION.¹

Luís Rodrigo Machado²

ABSTRACT

This paper discusses the importance of the South Atlantic to the cooperative security strategy of the United States of America. This analysis considers some internal determinants of the U.S. Foreign and Security Policies, the importance of the sea for their strategy and a brief discussion of the actions taken by the United States Department of Defense in the region. The central role of the sea for the North American grand strategy endorses the need for understanding the importance of the oceans, and consequently the South Atlantic. It was verified the importance of the sea for the consolidation of the American position in the world, and the South Atlantic as important strategic region to the United States. This importance is highlighted by the search for collaborative security initiatives to stabilizing the West African coast and combating offenses of low intensity as piracy, seeking to contain new threats and tackle non-state actors, recognizes multilateral institutions, such ZPCAS, and strategic partners, such Brazil.

Keywords: Maritime security, South Atlantic, Cooperative security, United States of America, Grand strategy.

2.1 Introduction

This paper aims to discuss the importance of the South Atlantic to the United States of America, from the analysis of the conduct of cooperative security policies in the region through its internal determinants an the region reassignification. To conduct this analysis, the text begins by contextualizing some elements of United States' foreign and security policies, the importance of the sea to the conduct of these policies and a brief contextualization of the South Atlantic.

The paper begins with a brief discussion of some important theoretical concepts for understanding the U.S. posture in the conduct of its foreign and security policy, resorting to the debate of U.S. domestic politics on its position in its international relations. Then, briefly discusses the importance of the "use of the sea" for U.S. foreign policy, contextualizes the South Atlantic as a strategic region, discussing their geographical boundaries, economic aspects and multilateral organizations. Finally discusses some North American cooperative security programs to the South Atlantic and the apparent increasing importance of the region

¹ *Este artigo foi originalmente publicado na Revista da Escola de Guerra Naval v.22, n. 1, (MACHADO, 2016, p. 69–90), com exceção desta nota de rodapé o texto, mantém originais a redação, a estrutura de seções, e a língua, incluindo os separadores decimais, atendendo à Resolução 114/2014 da Câmara de Pós-Graduação da UFRGS (2014a). Para efeitos de paginação, numeração das seções, subseções a numeração segue a sequência das demais partes da dissertação.*

² Master's Degree student at Strategic Studies Doctoral Program of the *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (PPGEEI-UFRGS), Porto Alegre, RS, Brazil. E-mail: luisrodrigo.machado@gmail.com.

in line with the new strategic positioning in the post 9/11 in order to stabilize the region and combating transnational crimes.

2.2 Elements of the United States foreign and security policies

Grand strategy is the highest level of planning at the modern National States level orchestrating - in the short-term, in war and peace - the ends, ways and means in the context of a possible armed conflict State's own survival. More than that "is the theory of how to pursue national security and ensure a way of life by the combination of power and interests" (PORTER, 2013, p. 5). In this sense, Porter adds that grand strategy is "managing a chain of relationships between ends and means at various levels, an elusive effort to unite different objects. Then, strategy is different from both policy (the desired goal) and operations" (ways and means). It would not, in this sense, a clearly definite object, resembling more like a bridge that melts and lists them all. Therefore, "seeks to mold an external environment in which political institutions and values of a community, their territorial integrity and their way of life can remain safe in the long run." (PORTER, 2013, p. 5).

This definition is of utmost importance to both countries in the planning and conduct of its foreign and security policies, and in the analysis and the interpretation thereof. It answers some basic questions that reflect the role to be played worldwide for this country, of its objectives in international relations, the profile of its armed forces, its behavior as an individual actor in systemic anarchy context, their perception of external threats and strategies of how to answer them, among others issues. At State level, this planning is essential to coordinate resources and actions of the country towards common goals. At the level of the International System, directly influences the pattern of friendship and enmity (polarization) and may affect the actual number of poles (polarity) in the case of specific strategies (revisionists or not) by major powers (MARTINS; CEPIK, 2014, p. 14).

In the United States America, since its establishment as a Regional Hegemony³, its grand strategy is driven primarily by two objectives: (1) prevent the rise of a European or Asian power that is able to cross the U.S. oceanic defenses, and (2) mold the international order in the likeness of its internal order. Although both relate to national security, each represents a different vision for the country. In the first, the U.S. would be a great power among others; while in the second, the country would be the big global nation, being the

³ Regional Hegemony is a State spanning large area of an entire continent without threatening land rivals, benefited from the oceans's "stopping power of water" (MEARSHEIMER, 2001).

universal model of ideas and governance. Liebert recognizes this tension between the objectives permeating from the beginning, the U.S.' grand strategy and his own identity as a country, connecting the first pole to the nationalist ideas and the second with the liberal nation model (LIEBERT, 2014, p.5).

We can identify two distinct paradigms, Weberian ideal types⁴, which establish the placement of the U.S. relative to other countries and the international system; they are the "Monroe Doctrine" and "Manifest Destiny". Duality that shapes the grand strategy influencing the internal political negotiations, shaping the foreign and security policies and the way that international relations are conducted this influence of the national issues in the international level. It was what Robert Putnam (1988) called "the logic of two-level games" and Kenneth Waltz (2001) described as interference of the second image in the third image.

According to the logic of two levels, there is an alternation of the preponderance of influence of each of the paradigms in the conduct of their international relations, as swings inner strength of the political groups advocating one or another paradigm. However, does not translate into behavior completely "ideal" and influenced to a lesser or greater degree of both paradigms because "in reality intermingle, interchange and mimicking themselves [...] permeating the United States history and incorporating in their action foreign policy until nowadays." (FRANÇA *et al.*, 2013, p.8).

The Monroe Doctrine represents the values of self-government, promoting citizenship and the exercise of leadership by example. The basic principles of the "Right of Peoples", of self-government and self-determination were also expressed in 1823 by President James Monroe through the rejection of a new European colonization, with the U.S. taking the lead to ensure these values to other countries in the international system plagued by the European harassment.

The Manifest Destiny, in turn, stems from the belief that the North American people are an exceptional people and it is the people chosen by Divine Providence (God) to guide the world. It has civilizing domination characteristics, racial and cultural superiority presumption. Its formulation is in the article "The Great Nation of Futurity" John O'Sullivan published in the United States Magazine in 1839, which urges Americans to stop imitating Europe and take responsibility to lead the world in the quest for universal freedom, equality and redemption of men (DOMINGUES, 2009). The original article did not attract much attention at the time, but the term was resumed in 1845 at the time of the Texas annexation process in the article called

⁴ An "Ideal type" is an analytical definition stipulated to compare similarities and deviations developed in Max Weber's theory (COSER, 2003).

"Annexation", also published in the United States Magazine, when referring to foreign interference of other countries, it said:

[...]out of the lower region of our past party dissensions, up to its proper level of a high and broad nationality, it surely is to be found, found abundantly, in the manner in which other nations have undertaken to intrude themselves into it, between us and the proper parties to the case, in a spirit of hostile interference against us, for the avowed object of thwarting our policy and hampering our power, limiting our greatness and checking the fulfillment of our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions. This we have seen done by England, our old rival and enemy; and by France, strangely coupled with her against us, under the influence of the Anglicism strongly tinging the policy of her present prime minister, Guizot. The zealous activity with which this effort to defeat us was pushed by the representatives of those governments, together with the character of intrigue accompanying it, fully constituted that case of foreign interference [...] (O'SULLIVAN, 1845, p.5).

The paradigms of this duality alternate at different moments in North American history, such as the launch of the Monroe Doctrine in 1823 by President James Monroe, defending the idea of regionalization and the rejection of a new European colonization, and the prominence of the idea of Manifest Destiny during the "westward expansion" seeking to occupy the immense territory which God, in accordance with the idea, was "reserved" for the North American people and the displacement of the world's gravity center from England to North America and the U.S. consolidation as Continental State. The prominence of the Monroe Doctrine returns with the idea of defense of the Americas in the Spanish-American War in 1898, and the expansion of the doctrine beyond the Americas with the conquest of the Philippines and the open-door policy towards China (CUMMINGS, 2009).

In the twentieth century, the Atlantic Charter in 1941 is recognized as the globalization of the Monroe Doctrine because of self-government ideas and non-conquest of other countries; during the Cold War, the Nixon Doctrine expressed various features of the Monroe Doctrine, as the negation of the American Empire, by allowing the Pacific century in cooperation with the newly industrialized countries. "It neoliberal rise, in the 1970s, whose icon is Ronald Reagan, and the neoconservative wave of the 2000s, symbolized by George Bush, have in common the return to Manifest Destiny." (FRANÇA *et al.*, 2013, p. 10, our translation⁵).

However, beyond the differences, it is essential to realize the similarities between the two poles of duality, as it certainly shall guide the grand strategy, no matter what will prevail.

⁵ In the original: "*A ascensão neoliberal, na década de 1970, cujo ícone é Ronald Reagan, e a neoconservadora da década de 2000, simbolizada por George Bush, têm em comum o retorno ao Destino Manifesto*" (FRANÇA *et al.*, 2013, p. 10).

The main one relates to obtaining and retaining the ability to access all parts of the world, which has been the principal U.S. strategic goal in the last 100 years (SILVERSTONE, 2014, p. 55). To this purpose, called "Grand Area Access", add important political and economic factors, the first demands a political balance among each region and the second requires open markets to North American capital. Therefore, this goal seems to be compatible with the two sides of American duality identified by França *et al* (2013) and and Liebert (2014) both the more realistic, as it seeks to avoid the rise of regional rivals that may hegemonize the region, as the most liberal, since it seeks to spread the American socio-economic values for the rest of the world. Namely, the Monroe Doctrine and Manifest Destiny respectively.

From the beginning of this century, the Bush administration adopted the Primacy as a strategy, approaching therefore of Manifest Destiny. A result were the conflagrations of the War on Terror, the relativization of multilateral systems, restoration of weapons systems related to Shield Missile in Europe and the search for the elimination of nuclear retaliatory capability, one of the qualities of the great powers, of Russia among others (LIEBER; PRESS, 2006).

The Obama administration, meanwhile, retook ideas more compatible with the ethical content of the Monroe Doctrine. In the speech, the transition was radical: while not the scope of this work internally, change is unquestionable (counter-cyclical measures, obamacare, etc.); externally, multilateralism becomes valued, defending the approach to China and the reset with Russia (FRANÇA *et al.*,2012). However, the Obama's grand strategy remains unclear. Actions at the level of foreign and security policy are confusing and do not seem to indicate a move away from the Primacy strategy.

2.3 The importance of the sea for the United States

Understanding the importance of the Sea to United States' grand strategy position in the International System and consequently to its international relations is fundamental for the full comprehension of its strategies and applications' consequences, ever since its Foundation and the pivotal role of the Navy as seen it as part of the American Constitution. The naval capabilities differs a regional power from a great power, due to the primacy of the Sea in the global projection of military and political power of a country.

Mearsheimer assigns U.S. regional hegemony to its isolation from other powers due to its bioceanic territory. The inexistence of any competitor powers within the same region may be one of the key elements responsible for the great development of its economy and consequently, the capability to build an extensive land power. The protection provided by the

“stopping power of water” hardens the maintenance of any invasion in the American soil. Regardless of the “stopping power of water”, no nation possess nowadays a capability to project power as seen as in the American Armed Forces (MEARSHEIMER, 2001).

The capability to globally project power was defined by Buzan and Weaver as a criterion to classify a national power as regional or global after the Cold War. Buzan and Weaver define a great power as one with the capability to globally project military and political influence (BUZAN; WAEVER, 2003). This global power projection, especially military, requires naval capabilities for the full completion of the logistic operation due to the importance of the sea in the transportation of the “tonnage of war” (DUNNIGAN, 2003).⁶

Since WWII, the U.S. Navy reigns over the oceans and even during the Cold War the Soviet Navy was not prepare to project power, being the homeland security the core of its doctrine (TILL, 2013). This main position is the naval component of the “Command of the Commons”, the military base to the U.S. global hegemony. The command of the Sea allows the U.S. to maintain its military presence in different areas and to have the capability to enforce them quickly, an important deterrent component to its strategy (POSEN, 2003, p. 5).

Historically, the South Atlantic Sea plays a secondary role in the strategic issues of Security and Defense in the International System. The region has not been a theater of no relevant engagement during WWI, WWII or the Cold War (SILVA, 2014). Not the sinking of Brazilian ships in WWII or the Angolan Revolution during the Cold War has the South Atlantic been considered a priority operational theater by the United States.

2.4 The South Atlantic Ocean - A brief description

The South Atlantic is located in the geographical area stretching from South America to the west to the African continent to the east, their limits with the Pacific and Indian Oceans, are respectively the meridian crossing the Cape Agulhas in the east and the meridian crossing the Cape Horn in the West. With respect to latitudes bordering the South Atlantic there is no uniform criterion. Some consider its southern and northern limits respectively the parallel 60°S where the Antarctic Convergence begins, and the imaginary diagonally line from São Roque Cape in Brazil to Cape Verde in Africa, the narrowest portion of the Atlantic between the two continents; others consider the parallel 15°N to the intersection with the imaginary

⁶ The US Navy has eight Roll on/Roll off carriers which are able to carry more cargo than a thousand C-5 or C-17 (two of the biggest military cargo aircrafts currently operating) (DUNNIGAN, 2003, p. 587).

diagonal line of the border between Guyana and Venezuela, its northern boundary and the south the own Antarctic continent (MARTINEZ, 2008).

This ocean has important geo-strategic areas such as "Atlantic Throat," whose distance between Brazil and Sierra Leone is only 2900 km, the passage south of South America at Cape Horn connecting the Pacific to the Atlantic and the passage south of Cape of Good Hope, which in addition to connect the Indian Ocean to the Atlantic Ocean is an important trade route and the best maritime access to the Antarctica (MARTINEZ, 2008).

In terms of maritime communication, however, the South Atlantic plays a secondary role, to be out of the routes of the biggest traffic between Asia the United States and Europe, and this importance decreases with the completion of the expansion of the Panama channel will allow the passage of larger vessels. Obviously, for the countries of the region the importance of the South Atlantic is indisputable, given that, for example, 80% of foreign trade of Brazil, arguably the country with the highest gross domestic product of the region, is carried by sea (SILVA, 2014).

The southern portion of the Atlantic Ocean has significant energy reserves for diversification of world supply, reducing dependence on troubled areas like the Middle East. Energy reserves exploited so far in the South American Atlantic coast comprise 1.1% of the world total, if we include the discovered reserves and still did not explored the Pre-salt this percentage jumps to 18% of world oil reserves and 3.5% of world gas reserves. In sub-Saharan coast of West Africa are located 8% of world oil reserves and 7% of world gas reserves. Note that the geological formations that holds the South American Pre-salt reserves are also present in the African coast and may multiply these reserves.

The mineral resources of the South Atlantic however are not limited to hydrocarbons, Brozoski draws attention to the presence of three compounds in the South Atlantic Area⁷: cobalt crusts (cobalt enriched manganese crusts); polymetallic nodules (rock formations rich in nickel, cobalt, copper, iron and manganese); and polymetallic sulphide (rich in iron, zinc, silver, copper and gold) (BROZOSKI, 2013).

Despite the reduced exploitation of the resources mentioned above, the region has several initiatives of economic integration; in Sub-Saharan Africa is present SADC - Southern African Development Community, and the ECOWAS - Economic Community of West African States, while Argentina, Brazil and Uruguay belong to the Southern Common Market (MERCOSUR). The South Atlantic also has important fishing grounds, and numerous other

⁷ The Area corresponds to the soil and subsoil that lie beyond the limits of national jurisdiction. The area and its resources are the common heritage of humanity (VIDIGAL, 2006).

economic activities related to the sea such as the exploitation of tourism and entertainment (MARTINEZ, 2008).

From the political point of view is present in the region the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZPCAS), which was established in 1986 and is formed by 22 countries from both sides of the Atlantic, it has the initiative to seek cooperation in various fields, including in defense, and aims to keep the region free of the presence of weapons of mass destruction, especially nuclear. The institution is a flexible mechanism that seeks to achieve regional peace and cooperation expected from the fully functioning democratic institutions, respect for human rights and fundamental rights (BROZOSKI, 2013).

The Union of South American Nations (UNASUR) is another policy initiative that plays a stabilizing role in the South American region, being regarded by the U.S. as an alternative to soothe fiery attitudes of leftist governments such as Venezuela and Bolivia (BROWN, 2013). UNASUR contributes positively in the security community established in the southern cone of South America⁸ and the South American stability obviously reflected in Southern Atlantic area.

2.5 United States' cooperative security in the South Atlantic

The National Security Strategy (NSS – 2002) calls the other nations to work together with the U.S. in a new era, when the World is not divided anymore between totalitarianism and “freedom and equality”. It aims to fight terrorism and to prevent attacks to the U.S. homeland, and to work together in order to avoid regional conflicts, to support economic development and to promote free trade (UNITED STATES OF AMERICA- USA, 2002).

This NSS, the very first one after 9/11, is concerned with stabilizing actions and the search for peace and cooperation through alternatives that may minimize the need of asymmetrical engagements and different threats. The paper considers that, in the Western Hemisphere, there will be promoted a legit democracy in line with regional institutions. Concerning Africa, the paper highlights the fact that war and extreme poverty threat not only the global fight on terror, but also the search for human dignity (USA, 2002).

The importance of the Americas and their strategic environment, what includes the South Atlantic, is undeniable to the U.S., since “the primacy of the United States in world affairs derives from the American position as the only regional hegemony in the Americas”

⁸ Buzan and Weaver (2003) named the *Southern Cone Security Sub complex*, originally fostered by the success of Mercosur on improving cooperation dialogue in the region.

(DUARTE, 2013, p.9). Although the new American strategic behavior after 9/11 does not assume the South Atlantic as a top priority, since 2002 has taken place a re-signification of its relation with the region, in which the continent starts to be considered and included in actions of fighting terrorist threats. The U.S. is interested in maintaining the security of the region, ensured by the presence and activities of state and multilateral actors, combating drug trafficking, illegal immigration and ensuring freedom of navigation (USA, 2012).

In this context, the importance of the South Atlantic as a route for large ships cannot be neglected. In 2011 the region was route for 14,432 ships with a capacity of over 10,000 metric tons, on their way to the United States, totaling 21.2% of all ships of this nature, a 6% increase over the 2009 survey of values. In terms by comparison, the ships bound for U.S. ports that used the North Atlantic route accounted for only 15.8% of these ships (UNITED STATES OF AMERICA DEPARTMENT OF TRANSPORTATION, 2013).

The U.S. Department of Defense, in order to meet the objectives of the 2006 version of the National Security Strategy, pointing to Africa as a region of growing geostrategic importance and requires partnerships to overcome the challenges (USA, 2006), announced in February 2007 the creation of a new Unified Combatant Command, the United States Africa Command (USAFRICOM) for this region. Although the roles and responsibilities of a combatant command, to lead and facilitate military operations, this command incorporates a larger contingent of civil staff of other North American government agencies to meet the widest range of humanitarian activities in line with defense strategy that evolves to conflict prevention.

The trust of the Department of Defense in cooperative action is such that some officials suggest that the U.S. government will consider the success of the command if it is able to keep American troops out of Africa for the next 50 years. Beyond protecting the production and transport of oil, maritime operations in the West African coast also aim to combat illegal fishing, many illegal trafficking (arms, people, diamonds and narcotics) and piracy (PLOCH, 2011). Obviously, these actions depend on naval operations, that in the case of USAFRICOM are the responsibility of the 6th Fleet of the U.S. Navy.

The Department of Defense through USAFRICOM and the U.S. Navy developed the Africa Partnership Station (APS), which is a program that seeks to develop protection and maritime safety working together with African and other foreign partners. Specific events are conducted in order to promote maritime governance, responding to specific requests for assistance that benefit the international community and the United States. More than one installation or specific ship, the APS is a concept of cooperation through action (UNITED

STATES AFRICA COMMAND, 2012). The APS is part of the international effort to improve governance in the Gulf of Guinea, although it is not restricted to that area. Law enforcement activities are conducted to combat illicit trafficking, piracy and other criminal activities. Operations are conducted U.S. Navy vessels and often rely on the support of friendly nations crews to a closer contact and to minimize barriers with language issues (MILES, 2012).

The APS is the consolidation of the Global Fleet Station, which seeks to enhance maritime governance and to deny the use of the sea for those who threaten the global and regional security. It was initially inserted into the Gulf of Guinea after a pilot conducted in the Caribbean and Central America by the U.S. Southern Command (USSOUTHCOM). In the first edition in 2007, three U.S. ships and eight friendly nations crews engaged on a mission of seven months visiting countries with Senegal, Liberia, Ghana, Cameroon, Gabon, Sao Tome and Principe, Togo and others (SOHN, 2009).

The mission of the Africa Command can be compared to the Southern Command (USSOUTHCOM), which includes the Caribbean and Central and South America, with respect to the forward defense of the United States through security cooperation, counter-narcotics operations, counterterrorism, humanitarian assistance and monitoring and support for initiatives for human rights in the region (PLOCH, 2011).

2.6 The ressignification of the South Atlantic to the United States in the new world scenario

With the announcement of then-President George W. Bush in 2006 that the United States intends to replace more than 75 percent of Middle Eastern oil imports by 2025, alternative producers gained an outstanding importance in American energy policy. Among these, Nigeria stands out being the fifth largest U.S. supplier worldwide. This way, in the perception of some policy makers, the primary mission of the North American military in Africa is to secure the production of oil fields in Nigeria, many of them offshore (PLOCH, 2011). In 2011 President Barack Obama announced the intention to reduce to one third the dependence on foreign oil by 2025, what at that the time was 11 million barrels a day. In addition to the reduction of external dependence, it was also highlighted the need to diversify the portfolio of suppliers seeking oil from neighboring countries, such as Canada, Mexico and Brazil, in order to distance themselves from the Middle East turmoil and the growing need for oil from India and China (OBAMA'S, 2011).

On April 24, 2008 it was announced the reestablishment of the 4th Fleet of the U.S. Navy, which is responsible for tactical control and operating ships, aircraft and submarines operating in the area of the U.S. Southern Command (USSOUTHCOM) comprising areas of Caribbean and Central and South America. This command aims to conduct various operations, including counter-narcotics and theater security cooperation, Military-Military interaction and bilateral and multilateral training operations (GRAGG, 2008).

Although it does not have organic naval assets and is considered by the Department of Defense an administrative assignment, focusing on cooperation to combat threats, it is expected that the operational resources are delegated to the control of the fleet as the circumstantial needs of current operations and confrontations, they being symmetrical or not. It means that the 4th Fleet can operate a simple LCS or a complete battle group, with an aircraft carrier and all her escorts and support vessels. The possibility of such action, in addition to fight transnational crimes, is related to the existence in South America of anti-American bias of governments, the need to maintain the Panama Channel free of threats, and especially the increasing importance of the South Atlantic (SILVA, 2014).

The Quadrennial Defense Review 2014 reiterates the need for cooperation and partnership with African governments and multilateral organizations to improve governance and combat the threats above mentioned. In South America, the document points out the partnership of nations in the Western Hemisphere as a way to develop regional capacities to counter threats from non-state actors (USA, 2014). This cooperative security policy recognizes the importance of multilateral institutions seeking to stabilize the region and the need to have them as partners in this process. In this regard, the recognition of ZPCSA is a natural movement.

In this sense, Duarte (2013) proposes that the time is ripe for the development of collaborative security for the Atlantic Basin as a whole, as NATO's expertise in multilateral operations may have a lot to contribute to the ZPCSA, although a broader rapprochement to the two Atlantic initiatives is out of place. Among the policies to be developed by ZPCSA member countries are: helping to strengthen peace and to promote the UN principles; promoting the sustainable development of the region; protecting the maritime environment and controlling the exploitation of resources, renewable or not; promoting freedom of navigation and control of maritime traffic; maintaining the South Atlantic as a conventional weapons of mass destruction, especially nuclear, free-zone (MARTINEZ, 2008). Obviously, these policies provided by ZPCSA member states are in line with the activities planned for the

USAFRICOM and USSOUTHCOM, and especially for naval elements of the 6th Fleet and 4th Fleet respectively.

The articulation of American interests with ZPCSA must necessarily rely on the possible leadership of Brazil. Brazil plays a central role in the articulation of South America with the ZPCSA as it is one of its founders and responsible for its recent reactivation. In the words of Duarte: "For the first time Brazil is being able to articulate its diplomatic, economic, technical and military assets in order to have the actual tools to secure the South Atlantic in the near future according to regional interests" (DUARTE, 2013, p. 9). Besides being one of the founders and promoters of ZPCSA, Brazil seeks defense cooperation with several African countries. Since 1994, Brazil has signed cooperation agreements on defense with nine African countries: Cape Verde, South Africa, Guinea Bissau, Mozambique, Namibia, Nigeria, Senegal, Angola and Equatorial Guinea, eight of them countries bordering the South Atlantic. These agreements are designed to promote cooperation in research and development; support in purchase of equipment; sharing lessons learned and support the training of African military in Brazilian military academies (AGUILAR, 2013).

This way, Brazil has the possibility to act as guarantor of U.S. intentions in the region, averting possible misunderstandings concerning the partnership actions conducted by the Department of Defense and the USAFRICOM that may eventually be interpreted by some African countries as neo-colonialism. The country also has great potential to be elevated to a strategic partner in the long term, strengthening the cooperation and security of the Western Hemisphere (BROWN, 2013).

The retired captain of Brazilian Navy and Professor Claudio Rogério de Andrade Flôr (2008) highlights possible obstacles regarding United States cooperation with other countries in the region. He points out several issues that can negatively affect the cooperative security processes. Starting with the divergent conception in U.S. concerning security relations with the countries of the South Atlantic: while for Americans, their safety depends on their hegemony derived from its power in the military and technological field, security for the countries of the region rests on the belief of peace among peoples and a more symmetrical cooperation. Obviously, the U.S. will seek thus to increase their sense of security asserting its hegemony. Another possible point of disagreement, according to the author, is the presence of U.S. Navy ships possessing weapons of mass destruction, such nuclear weapons. These weapons, as well as inadequate to this type of confrontation (fighting terrorism and drugs), are a threat to the consolidation of ZPCSA (FLÔR, 2008).

2.7 Final considerations

This paper sought to analyze the importance of the South Atlantic to the United States departing from the discussion of internal determinants. To conduct this analysis, it was performed the contextualization of some elements of foreign and security policy of the United States and the importance of the sea to the U.S.; a brief contextualization of the South Atlantic, the cooperative security programs and an analysis of the increasing importance of the region to the U.S..

In the cooperative security policy, there is a difference of intensity of operations and actions to combat new threats and international crime in the West African coast and the reality in the east coast of South America. While the USAFRICOM develops several visits, enforcement of the law actions and maritime governance building adjacent to African countries bordering the South Atlantic, the USSOUTHCOM limits this type of action to the Caribbean, not acting this way along the South American countries in the South Atlantic. In addition, the social situation in South America Eastern Coast is much more stable than in Africa, because, according to Buzan and Weaver (2003) there exists in the region a "security community" arising from the interstate confidence built from establishment of MERCOSUR.

The fight against low-level crimes such as piracy, and the pursuit of building collaborative security initiatives to stabilize the West African coast can count on multilateral institutions such as the ZPCSA and ECOWAS, and countries like Brazil, which exerts a stabilizing leadership in the region. According to Lowell Schwartz and Peter Wilson, researchers at the RAND Corporation, a greater involvement of Brazil in regional security, including the South Atlantic, could allow the United States to focus their efforts on more contentious areas. The researchers also defend that a strategic partnership with Brazil should be different from that with its allies during the Cold War, what means accepting greater autonomy of the South American country. Although Brazil have restrictions on U.S. interventionist actions and is aligned with China and Russia in the BRICS, the partnership for security issues between the two countries tends to be a beneficial partnership for the U.S. in the long run (SCHWARTZ; WILSON, 2013).

Mearsheimer proposes that an international specific order at any given time is essentially a by-product of the selfish behavior of great powers in the international system (MEARSHEIMER, 2001). In this view, the question is whether the search for cooperation in the South Atlantic region, would be a by-product of the selfish behavior of the United States in the International System moved by the Manifest Destiny? If so, the U.S. concerns in

regional stability of South America and Africa could be a strategy to guarantee its supply lines and future strategic oil reserves of its new hemispheric partners. It is also important to discuss what are the real U.S. intentions for the South Atlantic and its strategic environment, as doubts about these intentions are the confidentiality of its radar's information in São Tome and Principe, and the reactivation of the 4th U.S. Navy Fleet few months after the announcement of the discovery of the Brazilian Pre-salt reserves. Does the Monroe Doctrine or the Manifest Destiny inspire these moves?

To address the possible selfish behavior of the United States in the international system, we can rely on the provisions of the National Security Strategy, which makes it clear that one of the United States main concerns is the promotion of human dignity, especially in Africa. Although in fact it primarily seeks to increase U.S. protection through cooperative security, U.S. enforcement of law actions and building governance through the promotion of freedom and exploitation of governments and multilateral organizations currently are in accordance with the ideals of self-government as in the "Monroe Doctrine."

Similar dynamics can be observed in the case of energy security. The recent increase in oil exploration in the Gulf of Mexico and the increased exploitation of Shale Gas reserves on American soil decrease the pressure to import, making it possible to diversify fuel suppliers in the international market. Obviously, this scenario enables the United States to reduce its dependence on Middle East oil as noted in the speeches of Bush and Obama, ensuring the governance of the bordering oil-producing countries to the South Atlantic. While aiming at a prime necessity of Americans, energy security, these actions contribute to the promotion of human dignity as noted earlier.

Regarding the maintenance of the strategic positioning of the U.S. Department of Defense for the South Atlantic, the best hypothetical scenario for this approach has to be based again in their official documents. There is no indication that this view may change in the short term. The latest versions of the National Security Strategy recognizes progress in stability and governance in some countries of the West African coast, and the United States recognize the UNASUR and ZPCSA as potential partners in search for regional stability, and see the growing institutionalization of multilateral organizations. Also, the importance and the stabilizing presence of countries like Brazil, key elements for peace and regional cooperation, despite the existence of some countries with an anti-American bias in South America.

ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA COOPERATIVA NO ATLÂNTICO SUL: DETERMINANTES INTERNOS DOS ESTADOS UNIDOS E A RESSIGNIFICAÇÃO DA REGIÃO.

RESUMO

Este artigo discute a importância do Atlântico Sul para a estratégia de segurança cooperativa dos Estados Unidos da América. Esta análise considera alguns determinantes internos da Política Externa e de Segurança dos EUA, a importância do mar para sua estratégia e uma breve discussão das ações tomadas pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos na região. O papel central do mar para a grande estratégia americana endossa a necessidade de compreender a importância dos oceanos e, conseqüentemente, o Atlântico Sul. Verificou-se a importância do mar para a consolidação da posição Americana no mundo, e do Atlântico Sul como importante região estratégica para os Estados Unidos. Esta importância é evidenciada pela busca por iniciativas de segurança colaborativa para a estabilização da costa Oeste Africana e combate às ameaças de baixa intensidade como a pirataria, visando conter novas ameaças e enfrentar os atores não estatais, reconhece instituições multilaterais, tais como a ZOPACAS, e parceiros estratégicos, tais como o Brasil.

Palavras-chave: Segurança marítima. Atlântico Sul, Segurança cooperativa, Estados Unidos da América, Grande estratégia.

2.8 References

AGUILAR, Sergio L. South Atlantic: Brazil-Africa relations in the field of security and defense. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 2, n. 4, p. 47-71, Jul./Dec. 2013. Available At: <<http://bit.ly/2pIZmf4>>. Accessed: Jun.10, 2014.

BROWN, Lawrence. Restoring the "Unwritten alliance" Brazil-U.S. relations. **Joint Force Quarterly**, v.69,n.2, p.42–48,2013. Available at: <<http://www.dtic.mil/doctrine/jfq/jfq-69.pdf>>. Accessed: May 2,2014.

BROZOSKI, Fernanda. **A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional**.2013. Dissertation (Master Degree in International Political Economy) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Available at: <<http://bit.ly/2pJ5RyN>>. Accessed: Jul. 19, 2014.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: The structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

COSER, L. A. **Masters of sociological thought: Ideas in historical and social context**. Long Grove: Waveland Press, 2003.

CUMMINGS, Bruce. **Dominion from sea to sea: Pacific ascendancy and American power**. New Haven: Yale University Press, 2009.

DOMINGUES, Beatriz H. Manifest Destiny in American history: Religion, history and policy. In: Diniz, Eugênio.(Ed.).**Estados Unidos: Política externa e atuação na política internacional Contemporânea**. Belo Horizonte: Ed. PUC-Minas,2009. p. 19 - 36.

DUARTE, Érico, Approaches to maritime security in the Atlantic. **Journal der Politisch-Militärischen Gesellschaft**,Berlin, v.85p.9 - 11, 2013. Available at: <<http://bit.ly/2p0Wb1J>>. Accessed: Jun.7, 2014.

DUNNIGAN, James. **How to make war: A Comprehensive guide to modern warfare in the twenty-first century.** New York: Harper, 2003.

FLÔR, Rogério de A. Two approaches to security: Cooperation and obstacles to cooperation. In: TAYLOR, Paul D. (Ed.). **Perspectives on maritime strategy essays from the Americas.** Newport: Naval War College Press, 2008. p. 25 - 32. Available at: <<http://bit.ly/2oVRSmd>>. Accessed: Jul. 15, 2015.

FRANÇA, André. et al., Política externa e de segurança dos Estados Unidos. In: MARTINS, José M. (Ed.). **Relações internacionais contemporâneas 2012/2: Estudos de caso em política externa e de segurança.** Porto Alegre: ISAPE, 2012. p. 7 - 30. Available at: <<http://bit.ly/2pXpVK7>>. Accessed: Jul. 15, 2015.

GRAGG, Alan. Navy reestablishes U.S. 4th Fleet. **America's Navy**, Mayport, Apr. 24, 2008. Available at: <<http://bit.ly/2pJfL39>>. Accessed: Jun 5, 2014.

LIEBER, Keir A.; PRESS, Daryl G. The end of MAD? The nuclear dimension of U.S. primacy. **International Security**, v.30, n.4, p.7- 44, 2006. Available at: <<http://bit.ly/2oWfibn>>. Accessed: Aug. 25, 2015.

LIEBERT, Hugh. Introduction. In: SILVA, Joseph; LIEBERT, Hugh; WILSON III, Isaiah. (Ed.). **American grand strategy and the future of U.S. landpower.** Carlisle: U.S. Army War College Press, 2014. p. 1 - 33. Available at: <<http://bit.ly/2ownb5g>>. Accessed: Aug. 25, 2015.

MARTINEZ, Alvaro A. Maritime strategy for the South Atlantic. In: TAYLOR, Paul D. (Ed.). **Perspectives on maritime strategy essays from the Americas.** Newport: Naval War College Press, 2008. p. 1 - 10. Available at: <<http://bit.ly/2oVRSmd>>. Accessed: Jul. 15, 2015.

MARTINS, José M.; CEPIK, Marco. Defesa nacional antimíssil dos EUA: A lógica da preempção e suas implicações internacionais. In: ARTURI, Carlos. (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14 - 47. Available at: <http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf>. Accessed: Apr. 30, 2015.

MEARSHEIMER, John. J. **The tragedy of great power politics.** New York: W.W. Norton, 2001.

MILES, Donna. Africa partnership station promotes security cooperation. **DoD News**, Jun. 27, 2012. Available at: <<http://bit.ly/2pXqnIj>>. Accessed: Jun. 6, 2014.

OBAMAS'S remarks on a secure energy future. **Council on Foreign Relations**, 2011. Available at: <<http://on.cfr.org/2ovXNfW>>. Accessed: May 4, 2014.

O'SULLIVAN, James. Annexation. **United States Magazine and Democratic Review**, v. 17, n. 1, p. 5 - 10, July/August 1845. Available at: <<http://bit.ly/2bbNiL2>>. Accessed: Jul. 15, 2014.

- PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. strategic interests and the role of the U.S. military in Africa.** Washington D.C.: Congressional Research Service, 2011. Available at: <<https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Accessed: Jun. 15, 2015.
- PORTER, Patrick. **Sharing power? Prospects for a U.S. concert-balance strategy.** Carlisle: U.S. War College Press, 2013. Available at: <<http://bit.ly/2pJgIZh>>. Accessed: Jun. 15, 2015.
- POSEN, Barry. Command of the commons: The military foundation of U.S. hegemony. **International Security**, v. 28, n.1, p. 5-46, 2003. Available at: <<http://bit.ly/2oPvs7Y>>. Accessed: Jun. 15, 2015.
- PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: The logic of the two level games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer, 1988. Available at: <<https://www.jstor.org/stable/2706785>>. Accessed: Jun. 15, 2015.
- SCHWARTZ, Lowell; WILSON, Peter A. Think different: Building security partnerships for the 21st century, **Journal der Politisch-Militärischen Gesellschaft**, Berlin, v. 87, p. 1 - 11, 2013. Available at: <<http://bit.ly/2oPN6sh>>. Accessed: Jun. 7, 2014.
- SILVA, Antônio. O Atlântico Sul na perspectiva da segurança e da defesa. In: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo. (Org.). **O Brasil e a segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Brasília: Ipea. 2014. p. 199-214. Available at: <<http://bit.ly/2o9R9kb>>. Accessed: Jan. 15, 2015.
- SILVERSTONE, Scott. American grand strategy and the future of landpower in historic context. In: SILVA, Joseph; LIEBERT, Hugh; WILSON III, Isaiah. (Ed.). **American grand strategy and the future of U.S. landpower.** Carlisle: U.S Army War College Press, 2014. p. 55 - 80. Available at: <<http://bit.ly/2ownb5g>>. Accessed: Aug. 25, 2015.
- SOHN, Kathi. The Global Fleet Station: A powerful tool for preventing conflict. **Naval War College Review**, v. 62, n. 1, p. 45 - 58, 2009. Available at: <<http://bit.ly/2oPGPgb>>. Accessed: Apr. 15, 2014.
- TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the twentieth-first century.** New York: Routledge, 2013.
- UNITED STATES OF AMERICA AFRICA COMMAND. **Africa Partnership Station.** 2012. Available at: <<http://bit.ly/2pJCt8K>>. Accessed: Aug. 5, 2014.
- UNITED STATES OF AMERICA -Department of Defense - DoD. **Western Hemisphere defense policy statement.** 2012. Available at: <<http://bit.ly/2pJph3E>>. Accessed: Jun 5, 2014.
- _____. **Quadrennial defense review 2014.** 2014. Available at: <<http://bit.ly/MLzrvD>>. Accessed: Jun 5, 2014.
- UNITED STATES OF AMERICA DEPARTMENT OF TRANSPORTATION - Maritime Administration. **2011 U.S. water transportation statistical snapshot.** 2013. Available at: <<http://bit.ly/2osrtLJ>>. Accessed: Jun. 5, 2014.

UNITED STATES OF AMERICA - The White House. **National security strategy of the United States of America, 2002.** Available at: <<http://nssarchive.us/NSSR/2002.pdf>>. Accessed: Jun. 5, 2014.

_____. **National security strategy of the United States of America, 2006.** Available at: <<http://www.comw.org/qdr/fulltext/nss2006.pdf>>. Accessed: Jun. 5, 2014.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state, and war:** A theoretical analysis. New York: Columbia University Press, 2001.

VIDIGAL, Armando. **Amazônia Azul:** O Mar que nos pertence. Rio de Janeiro: Record 2006.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS ATUAIS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

O artigo apresentado foi uma importante ferramenta para trazer a discussão da estratégia de segurança cooperativados Estados Unidos da América no Atlântico Sul, para o âmbito da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Ele contribuiu para fomentar a visibilidade deste problema de pesquisa nos fóruns de discussão no qual o trabalho foi apresentado e discutido e, também, ampliar o alcance da discussão atingindo os leitores do periódico científico onde foi publicado, a Revista da Escola de Guerra Naval.

O objetivo principal proposto, discutir a importância do Atlântico Sul para os Estados Unidos da América a partir da análise de suas políticas de segurança cooperativa para a região, foi atingido, inferindo assim, a pertinência da parcela sul do Oceano Atlântico na grande estratégia global dos Estados Unidos. Sua relevância é evidenciada pela busca das iniciativas de segurança colaborativa para a estabilização da costa Oeste Africana e combate às ameaças de baixa intensidade, como a pirataria, visando conter novas ameaças e enfrentar os atores não estatais. Cabe lembrar que esta percepção foi alcançada a partir de uma reflexão que iniciou com a discussão sobre alguns determinantes internos para a política externa norte-americana e do próprio processo em curso de ressignificação do Atlântico Sul.

Esta política de segurança cooperativa para o continente africano, buscando conter as novas ameaças e combater atores não estatais, é melhor compreendida quando recorremos à análise teórica de Eugênio Diniz, discutida na primeira parte do texto. Esta análise, também traz à tona a necessidade da preocupação dos Estados Unidos com as novas ameaças de atores não estatais, mesmo eles sendo a única hegemonia regional do sistema, explicitando a dicotomia da expectativa por um adversário sistêmico, de um lado; e da emergência de uma multilateralidade de relações necessárias para conter novas ameaças, de outro.

A intensidade das operações e ações de combate às novas ameaças e delitos internacionais na costa oeste africana, difere muito da realidade na costa leste Sul America. Enquanto o USAFRICOM desenvolve diversas visitas e ações de aplicação da lei e de construção de governança marítima junto à costa da África, o USSOUTHCOM limita este tipo de ação ao caribe, não atuando desta maneira no Atlântico Sul. Vale lembrar que a situação social e conseqüente estabilidade regional na costa leste da América do sul são muito maiores que na África, porém a reativação da 4ª Frota da Marinha dos Estados Unidos, poucos meses após o anuncio da descoberta das reservas de pré-sal na Zona Exclusiva

Econômica Brasileira abre espaços para questionamentos e até especulações sobre as reais intenções dos Estados Unidos no Atlântico Sul (FLÔR, 2008; GRAGG, 2008).

Assim, este trabalho é um interessante ponto de partida para pesquisas posteriores em qualquer uma das áreas de interesse das três linhas de pesquisa do PPGEEI / UFRGS. Embora tenha sido concebido com o foco em Segurança Internacional ele agrega elementos que podem ser desenvolvidos nas linhas de pesquisa em Política Internacional e em Economia Política Internacional. A continuidade da pesquisa sobre o tema, independente do foco escolhido, trará oportunidades interessantes para agregar estes assuntos à comunidade acadêmica auxiliando na compreensão das dinâmicas sul-sul, do processo de ressignificação do Atlântico Sul e do relacionamento com atores externos na região.

Algumas interações e reflexos da presença e interesse norte-americano no Atlântico Sul carecem de pesquisas adicionais para verificar, por exemplo, as implicações regionais das interações dos Estados Unidos com o novo panorama político na América do Sul, com retração e perda de influência de governos de esquerda, e o impacto das missões do *Africa Partnership Station* no combate à pirataria na região. Porém, é possível construir uma agenda de pesquisa que relacione a presença estadunidense no Atlântico Sul com outros atores externos da região. Gerando assim, possibilidades de estudar os impactos globais desta interação e compreender como esta relação pode afetar a parcela sul do Oceano Atlântico, seu entorno estratégico e as relações sul-sul como um todo.

A China exerce uma importante presença externa na Costa Oeste Africana e merece a atenção dos Estudos Estratégicos Internacionais, sobretudo, dada a sua importância e poder à nível mundial sendo um postulante à condição de hegemona regional descaracterizando assim o *status* de hegemonia global dos Estados Unidos (MEARSHEIMER, 2001). A observação das interações estadunidenses com a China tem a possibilidade de ser realizada focada no continente africano, mais especificamente no posicionamento dos Estados Unidos frente à crescente presença chinesa no Golfo da Guiné e na Costa Oeste Africana, mantendo um olhar sobre o posicionamento chinês no mundo, sobretudo nas dinâmicas de projeção de influência, econômica e política na sua esfera de relacionamento e sua política de defesa.

Embora recentemente a China esteja conduzindo um processo de modernização de suas Forças Armadas e possua o segundo maior orçamento de defesa do mundo (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI, 2016), seus esforços de desenvolvimento buscam primeiramente a construção de capacidades de antiacesso e negação de área, defesa ativa de seus mares próximos e a proteção de suas SLOCs no mar do sul da china e de outros estreitos no sudoeste asiático (MACHADO, *et al.*,

2016). O esforço na construção de ilhas artificiais dotadas de bases militares, com grandes pistas de pouso capazes de sustentar operações aéreas de grande porte, sustenta este comportamento (WATKINS, 2016). Entretanto, vale ressaltar que no curto prazo:

Embora a expansão do poder naval chinês seja inegável, a análise do inventário e dos desafios com que se depara a Marinha da China (People's Liberation Army Navy - PLAN) coloca em dúvida o nível de ameaça que a China representaria em uma guerra além de seus mares próximos. O perfil de força atual da marinha chinesa não condiz com a concepção de uma "marinha de águas-azuis", capaz de projeção de poder extrarregional (MACHADO *et al.*, 2016, p. 80).

Em um processo de estabelecimento de bases além do Mar do Sul da China e de construção de uma marinha de águas azuis¹, os chineses, sob mandato da ONU, conduzem ações de combate à pirataria em "*Escort Task Forces*" no Golfo de Aden desde 2008, escoltando navios mercantes em rota ao Canal de Suez. Estas ações contribuem para o desenvolvimento de experiência de operações navais a longas distâncias e colhendo frutos de um importante "*soft power*" com benefícios à sua imagem em toda a África. Porém as ações da PLAN não se restringem à costa leste africana, em 2014 uma fragata de mísseis guiados, realizou visitas em diversos portos africanos e realizou exercícios de combate a pirataria com as marinhas da Namíbia, Nigéria e Camarões. (ERICKSON; STRANGE, 2015).

O interesse chinês na África não está limitado à diplomacia naval, desde 2000 as relações de estímulo ao desenvolvimento e Investimentos Direto Externo de capitais estão institucionalizadas no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) contribuindo assim para o crescimento exponencial dos fluxos de capitais chineses para o continente africano. Com relação ao investimento direto externo, os países que recebem o maior volume de capitais são África do Sul, Sudão, Argélia, Nigéria e Zâmbia focados prioritariamente em petróleo e gás, mineração, energia, construção (infraestrutura) e manufaturas. (ESTEVEVES *et al.*, 2011).

Não só em investimentos é baseada a relação entre China e África, entre 2001 e 2011 o fluxo comercial entre o gigante asiático e o continente africano cresceu 10 vezes passando dos 100 bilhões de dólares anuais. Além das questões econômicas os auxílios chineses à África incluem diversas modalidades como:

Assistência à formulação de projetos, concessão de bens e serviços, cooperação técnica, cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos, envio de pessoal médico, ajuda humanitária emergencial, programas voluntários em países estrangeiros e perdão da dívida (ESTEVEVES *et al.*, 2011, p.81).

¹ "A Marinha de águas azuis seria uma capaz de operar de forma sustentada em alto-mar, em geral com o apoio de navios-aeródromo, e capaz de projetar o poder naval sobre terra" (VIDIGAL, 2010, p. 8).

É evidente a perenidade dos interesses chineses no continente africano. A economia chinesa necessita de grandes quantidades de matérias primas e a África é rica nestes recursos e, como citado anteriormente, os investimentos diretos prioritários são direcionados para a extração beneficiamento e escoamento destes bens. Este fato associado à ressignificação da região para os Estados Unidos da América levam à hipótese lógica, de que existe grande possibilidade das duas potências serem concorrentes na projeção de influência política sobre os Estados africanos e adversários econômicos em áreas de interesse diversas. Esta hipótese é corroborada pelas concorrências já existentes em outras regiões do mundo, como no caso do leste e sudeste asiático.

Embora as economias de Estados Unidos e China sejam extremamente interdependentes, totalizando em 2015 o valor histórico de 366 bilhões de dólares em trocas comerciais (FORSEBY, 2016), em 2011 os EUA lançaram uma série de medidas econômicas, diplomáticas e militares com a intenção de rebalancear a posição chinesa na Ásia, contendo a sua expansão de influência, poder econômico e político no leste asiático. Uma destas ações foi o estabelecimento da Parceria Transpacífico (TPP, sigla das palavras em inglês), assinado em 2015, que tinha o objetivo principal de promover o livre comércio e alavancar a economia nos países membros e também, tangencialmente, dificultar a criação de laços comerciais mais estreitos destes países com a China, se contrapondo à expansão econômica e política desta no oceano pacífico (HENDLER; NOGUEIRA, 2016).

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos acena com um possível ponto de inflexão na evolução das relações comerciais entre China e EUA. A assinatura, no dia 23 de janeiro de 2017, do decreto presidencial que retira os Estados Unidos da TPP, simbolicamente um dos três primeiros decretos assinados no início do novo governo, denota a propensão da administração Trump em estabelecer medidas protecionistas e isolacionistas (BAKER, 2017).

A propensão à estas medidas, tanto pode beneficiar a China abrindo espaço para a grande economia asiática estreitar laços econômicos e políticos com países de seu entorno estratégico, quanto pode dificultar a manutenção das trocas comerciais entre os dois países devido à introdução de cláusulas protecionistas mais duras. Esta postura também pode contribuir para um aumento das tensões regionais no leste asiático com declarações como o questionamento da relevância de antigos tratados de defesa assinados com Japão e Coreia do Sul (FORSEBY, 2016), quando após ter sido oficializado candidato pelo Partido Republicano afirmou que ambos os países deveriam desenvolver o seu próprio arsenal nuclear para se

protegerem da China e Coréia do Norte em vez de depender da proteção dos EUA. Declaração semelhante também foi endereçada à OTAN com relação à Rússia (SANGER; HABERMAN, 2016).

Após a eleição, entretanto, Trump está sujeito à dinâmica da política interna norte-americana e à toda discussão dos determinantes e balanceamentos internos da Elite Política estadunidense. A retração e enfraquecimento, da presença norte-americana ao redor do mundo precisaria contar com a permissão desta elite (DINGLI, 2017). Porém, é pouco provável que os EUA estejam dispostos a abrir mão da sua hegemonia mundial ao permitir a ascensão de outra hegemonia regional no planeta, como teorizado pelo realismo ofensivo de John Mearsheimer (2001).

Existe grande possibilidade, a exemplo de Obama, que Trump contradiga declarações de campanha e mantenha as alianças bilaterais em defesa no leste asiático, mantendo a presença militar na região (DINGLI, 2017). Vale lembrar que os Estados Unidos são duros críticos da construção das ilhas artificiais no Mar do Sul da China e as Operações de Liberdade de Navegação² (FONOP, sigla das palavras em inglês) em 2016 foram o principal ponto de atrito em Segurança Internacional entre americanos e chineses.

A última operação de 2016, no mês de novembro, na qual o destróier de mísseis guiados *USS Decatur* realizou uma "passagem pacífica" entre as ilhas reclamadas pela China no Arquipélago das Ilhas Paracel, foi considerada propositalmente provocativa e desnecessária, iniciando uma repercussão imediata dos chineses que logo em seguida anunciaram exercícios militares na região. Embora esta operação específica não tenha ocorrido no interior do limite de 24 milhas náuticas de qualquer uma das ilhas, ela cruzou entre duas ilhas reclamadas pela China, iniciando uma ruidosa discussão diplomática (VALENCIA, 2016).

Os Estados Unidos mantêm o *U.S. FON Program* desde 1979 e o utilizam para "impedir que as reivindicações excessivas se tornem um direito internacional consuetudinário. Uma nação pode argumentar que suas reivindicações excessivas são de fato legais se pode

²É necessário ressaltar aqui duas diferentes interpretações do termo "Liberdade de Navegação": **para a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar** (CNUDM) as operações de liberdade de navegação dizem respeito ao direito de passagem no alto mar ou que Estados que usufruem de Zonas Exclusivas Econômicas (ZEE), como rota marítima ou exploração de recursos, neste caso recolhendo as devidas obrigações e sujeito aos devidos regulamentos adotados pelo estado costeiro; **para o U.S FON Program** (Programa dos Estados Unidos de Liberdade de Navegação) entretanto, "Liberdade de Navegação" diz respeito a uma ampla gama de direitos de navegação e sobrevoos de aeronaves incluindo, passagem inocente no mar territorial, trânsito em estreitos, passagem inocente em águas arquipelágicas, e exercer navegação e sobrevoos em ZEEs e utilizar ZEEs e alto mar para propósitos militares (KUOK, 2016). Vale lembrar que os EUA não são signatários da CNUDM.

mostrar que outros Estados concordaram" (GAGLIANO, 2016, tradução nossa³). Entre 2012 e 2015 o presidente Obama havia proibido especificamente este tipo de operação contra a China porém, em 2015, esta proibição foi cancelada para lidar com a questão das Ilhas Artificiais e para o ano de 2017, novas FONOPs estão sendo planejadas (LARTER, 2017).

O grande perigo das FONOPs reside na possibilidade de ocorrência de algum incidente, incluindo acidentes como colisões de aeronaves ou embarcações, que levem à deterioração da situação diplomática entre a China e os Estados Unidos. Isto poderia levar à uma escalada na beligerância, culminando em um conflito local de média ou alta intensidade ou, ainda, um conflito extrarregional que transborde para outras regiões onde as duas potências têm contato, como no caso do Atlântico Sul, mais especificamente a costa oeste africana. O curso do posicionamento da política externa e de segurança dos Estados Unidos, incluindo situações de escalada de conflitos acidentais, determinará a necessidade das Forças Armadas norte-americanas atuarem, ou não, em cenários de maior intensidade necessitando dos meios navais adequados para cada situação. A decisão do emprego em combate, o perfil de força e a distribuição de capacidades da Marinha dos Estados Unidos, embora seja de competência da marinha, está sujeito às decisões políticas, estrangulamentos orçamentários e, também, aos desdobramentos da construção de políticas públicas na área de defesa.

A necessidade da disponibilidade de meios navais combatentes para emprego em áreas de conflito, justifica o esforço para evitar o envio deste tipo de meios navais em ações de *state building* e garantia da lei, como aquelas apresentadas no Segundo Capítulo desta dissertação. Um exemplo deste cuidado ocorreu entre 2012 e 2013, quando o navio de apoio logístico de alta velocidade HSV 2 *Swift* foi empregado em missões humanitárias, visita à portos e ações de segurança cooperativa do *Africa Partnership Station* em diversos países da África (UNITED STATES NAVY'S MILITARY SEALIFT COMMAND - USNMSC, 2013), não retirando um meio naval combatente mais capacitado de sua missão original.

O desenvolvimento da nova classe de navios da marinha americana, o *Littoral Combat Ship* (LCS), torna mais evidente o problema das dificuldades de alocação dos meios disponíveis. O LCS é um navio rápido, ágil, especializado no cumprimento de missões específicas, capaz de operar em águas costeiras e também no mar aberto, desenvolvido após o 11 de setembro para derrotar ameaças assimétricas, com capacidade modular para agregar equipamentos para missões específicas, ou seja, apropriado para as ações típicas de combate à pirataria, contra terrorismo e ilícitos transnacionais (U.S. NAVY, 2014).

³ No original: "[...] to prevent excessive claims from becoming customary international law. A nation can argue that its excessive claims are in fact legal if it can show that other states have acquiesced" (GAGLIANO, 2016).

No rol de missões do LCS, também está previsto o seu emprego como Navio de Contramedida de Minagem, em inglês *Mine Countermeasures* (MCM), quando equipado com o módulo de missão específico para esta tarefa (SCHWARZ, 2014). Esta capacidade foi introduzida para possibilitar a gradual retirada de serviço dos MCM da Classe *Avenger*, última classe inteiramente dedicada a esta tarefa na *U.S.Navy*. Mesmo que os substitutos dos antigos MCM sejam os LCS que estiverem equipados com o módulo de contramedida de minagem e que a retirada de serviço seja feita de forma gradual, ocorrerá uma concorrência pela disponibilidade dos meios remanescentes. Atualmente os EUA contam com apenas onze navios do tipo MCM, oito deles distribuídos igualmente entre bases no Japão e no Bahrein, para lidar com as ameaças de A2/AD da China e do Irã respectivamente (U.S. NAVY, 2014, 2017b).

Além de substituir os MCM, os LCS precisam preencher uma lacuna deixada pela retirada de serviço das fragatas da classe Oliver Hazard Perry, descomissionadas nos últimos anos (WILLS, 2015)e, para isto estão previstos 33 navios deste tipo distribuídos entre as duas variantes *Freedom* e *Independence*, dos quais sete já estão operacionais e outros dezenove estão em diversos níveis de produção e pré-produção (U.S. NAVY, 2016; O'ROURKE, 2016). Neste cenário uma única classe de navios está sendo programada para operar em, no mínimo, 3 empregos distintos e concorrentes: ilícitos transnacionais e pirataria, contramedida de minagem e cumprindo papel de uma escolta leve de superfície: escoltando comboios, guerra antissubmarina e patrulhas em cenários de alta intensidade.

Buscando evitar este tipo de constrangimento e diminuição do prestígio e capacidade de projeção de poder a nível mundial, além de adequar o perfil de força aos novos cenários de conflitos possíveis, em 2014 foi realizado uma adequação do planejamento de 30 anos de construção de navios, buscando atingir a meta de 308 navios em 2030⁴ (O'ROURKE, 2017). Na ocasião, não foi realizado um estudo mais criterioso sobre o perfil de força ou capacidades necessárias para o novo cenário mundial, apenas alterando números.

Com o intuito de realizar uma análise que, além de quantitativa, fosse também qualitativa, foi encomendado em 2016, pelo congresso norte-americano, o *U.S. Navy's Fleet Architecture Study* para discutir o perfil de força da marinha americana para 2030. No início de 2017, os três estudos realizados foram divulgados sob a forma de relatórios que continham, além da definição de números, sugestões de empregos de novas tecnologias e a orientação de introdução de novas classes de navios combatentes.

⁴ Atualmente a Marinha Norte-Americana conta com 274 navios combatentes (U.S.NAVY, 2017b).

No início de 2017, foi divulgado na página oficial da *U.S. Naval Institute* o relatório para o congresso intitulado *Alternative Future Fleet Platform Architecture Study*. Este estudo foi desenvolvido pelo Time de Projetos da Marinha, dirigido pelo Diretor Adjunto de Operações Navais e composto por diversos pesquisadores e oficiais civis e militares da Marinha dos Estados Unidos, é uma proposta derivada da *Distributed Lethality* chamada de *Distributed Fleet Lethality*, prevendo uma força de 457 navios e submarinos, sendo 136 destes embarcações não tripuladas de grande porte, em contraste com o número de 314 previstos para o mesmo ano, caso as medidas propostas não sejam implantadas (UNITED STATES NAVAL INSTITUTE - USNI, 2017).

O relatório preparado pela equipe da marinha foi divergente dos estudos apresentados pelos concorrentes os *Think Thanks CSBA*⁵ e MITRE⁶ que também propuseram suas próprias alternativas. O CSBA indicou vasos não tripulados, e propõe a incorporação de pequenos navios patrulha de 600 toneladas, a introdução de uma nova classe de porta-aviões convencionais leves, em detrimento dos navios anfíbios de grande porte, e um número menor de destróieres e cruzadores, criticando a opção da Marinha por navios anfíbios de amplos decks e um alto número de grandes combatentes de superfície (CLARK, 2017). O estudo do MITRE, radicalmente contrário, defende o aumento do número de grandes combatentes de superfície para 160 navios, o aumento do número de porta-aviões nucleares para 14 e o aumento do número de submarinos de ataque para 72, mantendo um número de pequenos combatentes de superfície semelhante, porém descartando os LCS, fazendo a opção por fragatas fortemente armadas (MITRE, 2016).

O debate acerca da construção do perfil de força da Marinha dos Estados Unidos, levando em consideração as possibilidades futuras de emprego, é uma oportunidade de pesquisa em estudos estratégicos internacionais. Esta pesquisa se enquadraria na linha de pesquisa em Segurança Internacional, mais especificamente com a ênfase em segurança marítima. A discussão sobre a distribuição de capacidades exemplificada no debate dos concorrentes do *U.S. Navy's Fleet Architecture Study*, sobre o perfil de força da Marinha dos Estados Unidos da América para 2030 chama a atenção para a consolidação de tecnologias que estão sendo desenvolvidas atualmente. Estes elementos se enquadram na ênfase da linha

⁵O CSBA (*Center for Strategic and Budgetary Assessment*)s é um instituto independente de pesquisa de políticas públicas, para promover pensamento inovador sobre planejamento de defesa e estratégias de investimento, para o século XXI, dirigido pelo Dr. Krepinevich, importante pelo seu trabalho no setor.

⁶O MITRE (MITRE Corporation) é uma organização não governamental que gerencia Centros de Pesquisa e Desenvolvimento Financiados Federalmente (FFRDC, sigla das palavras em inglês) que apoiam diversos órgãos do governo norte-americano como O Departamento de Defesa e o Departamento de Segurança Interna dos EUA (MITRE, 2017).

de pesquisa em Segurança Internacional do PPGEEI/UFRGS em estudar a distribuição de capacidades da Superpotência Global e possíveis implicações para a inserção internacional do Brasil, focando especialmente em meios combatentes de vanguarda desenvolvidos sob influência direta das tecnologias de informação da Era Digital (UFRGS, 2016).

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana E., NETO, Danilo M.S. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa Entre o Brasil e a África. In: NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo. (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea. 2014. p. 215 - 238. Disponível em: <<http://bit.ly/2o9R9kb>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ADEYEYE, Adenike et al. **Estimating U.S. government subsidies to energy sources: 2002–2008**. Washington, D.C.: Environmental Law Institute, 2009. Disponível em: <https://www.eli.org/sites/default/files/eli-pubs/d19_07.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2016.

AGUILAR, Sergio L.C. Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 49-71, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2owGaN7>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ART, Robert J. The strategy of selective engagement. In: BOYER, Pelham G.; WOOD, Robert S. (Ed.). **Strategic transformation and naval power in the 21st century**. Newport: Naval War College Press, 1998. p. 167-196.

BAKER. Peter. Trump abandons Trans-Pacific Partnership, Obama’s signature trade. **The New York Times**, New York, 23 jan. 2017. Disponível em: <<http://nyti.ms/2kk3hgn>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

BALL, Molly. No, liberals don't control the Democratic Party. **The Atlantic**, Boston, Feb. 7, 2014. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2014/02/no-liberals-dont-control-the-democratic-party/283653/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de política externa 2003/2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa -Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf >. Acesso em: 5 de abr. 2017.

BROZOSKI, Fernanda. **A Revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2pJ5RyN>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

BOUDET, Hilary et al. “Fracking” controversy and communication: Using national survey data to understand public perceptions of hydraulic fracturing. **Energy Policy**, v. 65, p. 57-67, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2oXx91y>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the Structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALVACORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9.ed.Porto Alegre: Penso, 2011.

CLARK, B. et al. **Restoring american seapower: A new fleet architecture for the United States Navy**. Washington D.C.: CSBA, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2pYeguI>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

DINIZ, Eugênio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 505-565, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2osChcW>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

DINGLI, Shen. The Future of China-US relations in the Trump era: How will the Trump administration influence US-China ties in the political, economic, and security spheres? **The Diplomat**, Tokyo, Feb. 04, 2017. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/02/the-future-of-china-us-relations-in-the-trump-era/>>. Acesso em: 19 fev 2017.

DUARTE, Érico E. **A Conduta da guerra na Era Digital e implicações para o Brasil: Uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa**. Brasília: Ipea, 2012.(Texto para Discussão, 1760). Disponível em: <<http://bit.ly/2oXdqyN>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

DUECK, Colin. **Republican Party foreign policy: 2016 and beyond**. Philadelphia: FPRI, 2016. (Foreign Policy Research Institute E-Notes). Disponível em: <<http://bit.ly/2f1BiWQ>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DUNNIGAN, James F. **How to make war: A comprehensive guide to modern warfare in the 21 century**. 4.ed. New York: Harper, 2003.

ERICKSON, Andrew; STRANGE, Austin. China's blue soft power: Antipiracy, engagement, and image enhancement. **Naval War College Review**, Annapolis, v. 68, n. 1, p. 72-91, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2p1XEVH>>. Acesso em: 15 Jan. 2017.

ESTEVES, Paulo et al. Os BRICS, a cooperação para o desenvolvimento e a presença chinesa na África. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.6, n. 2, p.76-96, 2011. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/40/24>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

FLÔR, Rogério de A. Two approaches to security: Cooperation and obstacles to cooperation. In: TAYLOR, Paul D. (Ed.). **Perspectives on maritime strategy essays from the Americas**. Newport: Naval War College Press, 2008. p. 25 - 32. Disponível em: <<http://bit.ly/2oVRSmd>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, Brasil, 2013. p. 31-52.

FORSBY, Andreas B. Putting America first could give China the edge: Donald Trump and the US-China relations. **DIIS Policy Brief**, Copenhagen, Nov. 16,2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2pkVYr7>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

FRANÇA, André. et al., Política externa e de segurança dos Estados Unidos. In: MARTINS, José M. (Ed.). **Relações internacionais contemporâneas 2012/2**: Estudos de caso em política externa e de segurança. Porto Alegre: ISAPE, 2012. p. 7 - 30. Disponível em: <<http://bit.ly/2pXpVK7>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FRIEDMAN, Diana; LUNDELL, Eric. U.S. foreign policy in the 21st century: Driving factors for continuity & change. **Japan Spotlight**, Tokyo, May/ Jun. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2oaHnOX>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FUKUYAMA, Francis. **America at the Crossroads: Democracy, power and the neoconservative legacy**. New Haven: Yale University Press, 2006.

GAGLIANO Joseph. FONOPS and deterrence: There's no "FDO" in "FONOPS". **U.S. Naval Institute**, Annapolis, Feb. 29, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2osOVIT>>. Acesso em : 09 fev 2017.

GRAGG, Alan. Navy reestablishes U.S. 4th Fleet. **America's Navy**, Mayport, Apr. 24, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2pJfL39>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

HENDLER, Bruno; NOGUEIRA, Isabela. O Sudeste Asiático entre Estados Unidos e China: "arquipélago de economias de mercado" ou palco da competição interestatal capitalista? **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.11, n. 3, p.199-221, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2oaGLca>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

HUGHES, Wayne P. **Fleet tactics and coastal combat**. Annapolis: Naval Institute Press, 2000.

JONES, Jeffrey M. Liberal self-identification edges up to new high in 2013. **Gallup**, Jan. 10, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/1ew9dp6>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

KAPLAN, Eben. U.S. political parties and foreign policy. **Council on Foreign Relations**, Oct. 2006. Disponível em: <<http://on.cfr.org/2oaPWJq>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

KREPINEVICH, Andrew F. **Why AirSea battle?** Washington D.C.: CSBA, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1iRGwcq>>. Acesso em: 13 abr 2014.

KUOK, Lynn. **The U.S. FON program in the South China Sea: A lawful and necessary response to China's strategic ambiguity**. Washington D.C.: Brookings, 2016. Disponível em: <<http://brook.gs/2oaJxy3>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

KURTH, James. Global trends and american strategic traditions. In: BOYER, Pelham G.; WOOD, Robert S. (Ed.). **Strategic transformation and naval power in the 21st century**. Newport: Naval War College Press, 1998. p. 7-32.

LARTER. David. The Navy is planning fresh challenges to China's claims in the South China Sea. **Navy Times**, Springfield, Feb. 12, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2owDLSI>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

LIEBER, Keir A.; PRESS, Daryl G. The end of MAD? The nuclear dimension of U.S. primacy. **International Security**, v.30, n.4, p.7– 44, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2oWfibr>>. Acesso: 25 ago. 2015.

LIEBERT, Hugh. Introduction. In: SILVA, Joseph; LIEBERT, Hugh; WILSON III, Isaiah. (Ed.). **American grand strategy and the future of U.S. landpower**. Carlisle: U.S. Army War College Press, 2014. p. 1 - 33. Disponível em: <<http://bit.ly/2ownb5g>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

MACHADO, Luís R. et al. Elementos da modernização naval chinesa: A política de defesa e a doutrina naval sob a luz de seus desafios estratégicos. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.75, n. 33/34,p.75-88, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2pJUqnw>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

MACHADO, Luís R. Cooperative security strategy in the South Atlantic: United States internal determinants and region re-signification. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 69 - 90, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2p27YwJ>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of sea power upon history 1660-1783**. Mineola: Dover Publications, 1987.

MARTINS, José M.; CEPIK, Marco A. Defesa nacional antimíssil dos EUA: A lógica da preempção e suas implicações internacionais. In: ARTURI, Carlos (Org.). **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 14 - 47. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_38.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MEAD, Walter R. The Tea Party and U.S. foreign policy. **The New York Times**, New York, Feb. 21, 2011. Disponível em: <<http://nyti.ms/2osSVch>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MEARSHEIMER, John J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gradiva, 2007.

_____. **The tragedy of great power politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

MITCHEL, Anthony; WIHBEY, Paul. South Atlantic region emerging as new U.S. strategic oil supply flashpoint. **Oil & Gas Journal**, v.96. Tulsa: PennWell, 1998. Disponível em: <<http://bit.ly/2pKAYDB>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

MITRE CORPORATION. **Navy future fleet platform architecture study**. [MacLean]: Mitre, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2kYe1P1>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. **Corporate overview**. [MacLean]: Mitre, 2017. Disponível em: <<https://www.mitre.org/about/our-history>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Concepts and dilemmas of state building in fragile situations: From fragility to resilience**. [S.l.: s.n.], 2008. (OECD/DAC discussion paper). Disponível em: <<http://bit.ly/2oWEfVA>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

OBAMA'S Remarks on "a Secure Energy Future, March 2011. **Council on Foreign Relations**, Mar. 2011. Disponível em: <<http://on.cfr.org/2ovXNfW>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

O'ROURKE, Ronald. **Navy littoral combat ship (LCS)/frigate program**: Background and issues for congress. Washington D.C.: Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/weapons/RL33741.pdf>>. Acesso em: 15 de dez. 2016.

_____. **Navy force structure and shipbuilding plans**: Background and issues for congress. Washington D.C.: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/weapons/RL32665.pdf>>. Acesso em: 15 de jan 2015.

PECEQUILO, Cristina. S. **A política externa dos Estados Unidos**: Continuidade ou mudança. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

PEELE, Reynolds B. **Maritime chokepoints**: Key sea lines of communication (SLOCs) and strategy. Carlisle Barracks: US Army War College, 1997.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul**: O arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000). Porto Alegre: FUNAG / MRE, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/2plawH4>>. Acesso em: 20 de mar. de 2017.

PERRY, Matthew C. et al. **Narrative of the expedition of an american squadron to the China Seas and Japan**: Performed in the years 1852, 1853, and 1854, under the command of commodore M. C. Perry, United States Navy, by order of the government of the United States. New York: D. Appleton & Company. 1857. Disponível em: <<http://bit.ly/2pJTWY4>>. Acesso em: 17 Set. 2014.

PETROCCHI, Renato. Imagens e histórias nas perspectivas transatlânticas sobre o século XX. In: SILVA, Francisco; LEÃO, Karl; ALMEIDA, Francisco(ORG). **Atlântico**: A história de um oceano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 463-492.

PLOCH, Lauren. **Africa Command**: U.S. strategic interests and the role of the U.S. military in Africa. Washington D.C.: Congressional Research Service, 2011. Disponível em: <www.opencrs.com/document/RL34003/>. Acesso em 15 de Jun. de 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO. Instituto de Relações Internacionais. **O Brasil e a segurança do Atlântico Sul**: Política externa e estratégia de defesa. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.iri.puc-rio.br/prodefesa>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

POSEN, Barry. Grand strategy and naval force structure. In: BOYER, Pelham G.; WOOD, Robert S.(Ed.). **Strategic transformation and naval power in the 21st century**. Newport: Naval War College Press, 1998. p. 255-272.

_____. Command of the commons: The military foundation of U.S. hegemony. **International security**, v. 28, p. 5-46, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2oPvs7Y>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

PORTER, Patrick. **Sharing power? Prospects for a U.S. concert-balance strategy**. Carlisle: U.S. War College Press, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2pJgIZh>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: The logic of the two level games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2706785>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

REIS, Reginaldo Gomes dos. A defesa hemisférica em crise: Uma geopolítica do Atlântico. In: SILVA, Francisco; LEÃO, Karl; ALMEIDA, Francisco. **Atlântico: A história de um oceano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 493-522.

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL. **Revista da EGN**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2oQukRg>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ROWDEN, Thomas; GUMATAOTAO, Peter; FANTA, Peter. Distributed Lethality. **Proceedings Magazine**, Annapolis, v. 141/1/1,343. Jan. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2pKLUro>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e defesa nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.53, n.1, p. 5-24, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2oXwA7D>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SANGER, David; HABERMAN, Maggie. In Donald Trump's worldview, America comes first, and everybody else pays. **The New York Times**, Nova York, Feb.19, 2016. Disponível em: <<http://nyti.ms/2oXyQfe>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

SARAIVA, José F. S. The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of brazilian atlantic policy. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.53, n. especial, p. 169-182, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2ob3kx9>>. Acesso em: 03 abr. 2017.

SCHWARZ, Martin. Future mine countermeasures: No easy solutions. **Naval War College Review**, Newport, Summer 2014. v. 67, n.3 p.123-141. Disponível em: <<http://bit.ly/2oaFj9C>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. SIPRI **Military expenditure database**, Stockholm, 2016. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

TANGREDI, J. **Anti-access warfare**. Annapolis: Naval Institute Press, 2013.

TAVARES, Rodrigo. **Understanding regional peace and security: a framework for analysis**. [Brugge]: UNU-CRIS, 2005. (UNU-CRIS Occasional Papers n.0-2005/17). Disponível em: <<http://bit.ly/2oQyCIo>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

TILL, G. **Seapower: a Guide for the twentieth-first century**. New York: Routledge, 2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Review of maritime transport, 2011.** New York/Geneva: United Nations Publication, 2011. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/rmt2011_en.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Review of maritime transport, 2006.** New York/Geneva: United Nations Publication, 2006. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/rmt2006_en.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Review of maritime transport, 2003.** New York/Geneva: United Nations Publication, 2003. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/rmt2003_en.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2017.

UNITED STATES ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. Production, depletion trends are keys to predicting natural gas and oil production. **Today in Energy**, Washington D.C., 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2oQDcGG>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. U.S. Field production of crude oil. **Petroleum & Other Liquids**, Washington D.C., 2016a. Disponível em: <<http://bit.ly/209RvP4>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Hydraulic fracturing accounts for about half of current U.S. crude oil production. **Today in Energy**, Washington D.C., 2016b. Disponível em: <<http://bit.ly/2mYdE7n>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **Drilling productivity report.** Year-over-year summary. Washington D.C., February 2017. Disponível em: <<http://www.eia.gov/petroleum/drilling/pdf/summary.pdf>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. THE WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of America.** Washington D.C.: The White House, 2002. Disponível em: <<http://nssarchive.us/NSSR/2002.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

UNITED STATES OF AMERICA - USA. DEPARTMENT OF DEFENSE. **Joint operational access concept.** Washington D.C.: DOD, 2012a. Disponível em: <<http://bit.ly/1nV0SDE>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

_____. **Sustaining U.S. leadership: Priorities for 21Th century defense 2012.** Washington D.C.: DOD, 2012b. Disponível em: <<http://bit.ly/1CkfXYa>>. Acesso em: 05 Nov. 2014.

_____. **Quadrennial defense review 2014.** Washington D.C.: DOD, Mar. 2014 Disponível em: <<http://bit.ly/2pKSbDc>>. Acesso em: 05 Nov. 2013.

UNITED STATES NAVY'S MILITARY SEALIFT COMMAND - USNMSC. **Swift completes Africa Partnership Station**, Washington D.C., May. 2013. Disponível em: <<http://www.msc.navy.mil/sealift/2013/March/swift.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

UNITED STATES NAVY - U.S. NAVY. **Littoral combat ships - Mission modules**, Washington D.C., 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2p2dakq>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

_____. **Littoral Combat Ship class – LCS.** Washington D.C., 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2p2eKCJ>>. Acesso em: 05 set. 2014.

_____. **Littoral combat ships - Fleet introduction and sustainment - LCS.** Washington D.C., 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2p2eKCJ>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **Status of the Navy.** Washington D.C., 2017a. Disponível em: <<http://bit.ly/1Casyda>>. Acesso em: 10 fev 2017.

_____. **Mine countermeasures ships - MCM.** Washington D.C., 2017b. Disponível em:<<http://bit.ly/2owGStW>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

UNITED STATES NAVAL INSTITUTE - USNI. **Navy future fleet platform architecture study.** Annapolis, 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2pYocUT>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. **Linhas de pesquisa.** Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppgeei/linhas-de-pesquisa-1>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. Câmara de Pós-Graduação. **Resolução nº114/2014 de 18 de novembro de 2014.** Estabelecer as seguintes orientações sobre o idioma de apresentação de teses, dissertações e outros trabalhos de conclusão nos cursos de pós-graduação no âmbito da UFRGS. 2014a. Disponível em: <<http://bit.ly/2oXpiBa>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

_____. **Resolução nº115/2015 de 18 de novembro de 2014.** Estabelecer as seguintes orientações para fins de publicação e redação de Teses de Doutorado, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Mestrados, bem como de Trabalhos de Conclusão de Cursos de Especialização. 2014b. Disponível em: <<http://bit.ly/2pKQLbN>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

VALENCIAI, Mark J. Latest U.S. FONOP in the South China Sea: Tilting at windmills?. **The Diplomat**, Tokyo, Nov. 04, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2pYs0Wk>>. Acesso em : 09 fev. 2017.

VEGO, Milan. On major naval operations. **Naval War College Review.** Annapolis, 2007, v. 60, n.2, p. 94-126. Disponível em: <<http://bit.ly/2p2azH1>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VIDIGAL, Armando A. F. **Amazônia Azul: O mar que nos pertence.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Consequências estratégicas para uma marinha de Águas Marrons. **Revista da Escola de Guerra Naval.** Rio de Janeiro, n. 16, p. 7-20, 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2oaOLcR>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International relations theory.** 5. ed. Glenview: Pearson, 2012.

WALTZ, Kenneth. **Man, the state, and war: A theoretical analysis.** New York: Columbia University Press, 2001.

WATKINS, Drew. What China has been building in the South China Sea. **The New York Times**, New York, Feb. 29, 2016. Disponível em: <<http://nyti.ms/2ple0cL>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

WHITEHILL, Brandon G. **A quick guide to the foreign policy views of the democratic presidential candidates**. Philadelphia: FPRI, 2015 (Foreign Policy Research Institute E-Notes). Disponível em: <<http://bit.ly/2plhJH8>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

WILLS, Steven. Fit to be a frigate? **Center for International Maritime Security**, Washington D.C., Feb. 03, 2015. Disponível em: <<http://cimsec.org/fit-frigate/14689>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

WOHLFORTH, William. The stability of a unipolar world. **International Security**, v. 24, n. 1, p. 5- 41, 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/2osQ4QC>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

WOOD, Ellen M. Globalisation and imperialism. In: LARRY, Patriquin (Ed.) **The Ellen Meiksins Wood reader**. Chicago: Haymarket, 2013, p. 244-266.